



Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

CNPJ/MF 83.878.892/0001-55

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2003 e 2002

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - Celesc

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2003 e 2002

ÍNDICE

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO.....	1
BALANÇO PATRIMONIAL DO ATIVO.....	16
BALANÇO PATRIMONIAL DO PASSIVO.....	17
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS.....	18
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	19
DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS.....	20
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	21
1.CONTEXTO OPERACIONAL.....	21
2.APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	22
3.PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS.....	22
4.CONSUMIDORES E REVENDADORES.....	25
5.TARIFA SOCIAL DE BAIXA RENDA.....	25
6.TÍTULOS A RECEBER.....	26
7.CONTAS A RECEBER DO ESTADO DE SANTA CATARINA.....	26
8.CONTA DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÃO DE CUSTOS DA “PARCELA A”.....	27
9.IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS.....	28
10.INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS.....	29
11.INVESTIMENTOS.....	30
12.IMOBILIZADO.....	31
13.FORNECEDORES.....	32
14.EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ENCARGOS DE DÍVIDAS.....	33
15.TAXAS REGULAMENTARES.....	34
16.BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO.....	35
17.OBRIGAÇÕES ESTIMADAS.....	37
18.PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL - Refis/Paes.....	37
19.PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS.....	38
20.OBRIGAÇÕES FISCAIS.....	39
21.PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	39
22.FORNECIMENTO E SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA.....	40
23.ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA.....	41
24.REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E EMPREGADOS.....	41
25.INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....	41
26.TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	41
27.IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - TAXA EFETIVA.....	42
28.SEGUROS.....	42
29.ACORDO GERAL DO SETOR ELÉTRICO.....	43
30.REAJUSTE TARIFÁRIO.....	44
31.DESPESAS FINANCEIRAS.....	45
32.CONCESSÕES.....	45
33.INTERRUPÇÃO NA DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NA ILHA DE SANTA CATARINA.....	46
34.SEGREGAÇÃO DO RESULTADO POR ATIVIDADE.....	47
35.DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA.....	48
PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES.....	50
PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	52

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - Celesc tem a satisfação de apresentar o Relatório Anual da Administração, juntamente com as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício de 2003, elaboradas de acordo com a legislação societária e o parecer dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, aos quais a Diretoria Executiva sentir-se-á honrada em prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

Apresentação

É intenção da Administração buscar o correto gerenciamento dos processos na Celesc. Para isso, firmamos um compromisso de desempenho alicerçado em 5 (cinco) diretrizes básicas: (I) estabelecer absoluta confiabilidade dos serviços; (II) buscar a competitividade; (III) consolidar o novo Modelo de Gestão; (IV) aumentar a capacidade de geração e (V) apoiar o desenvolvimento do Estado de Santa Catarina.

Para a Celesc, o ano de 2003 foi marcado pela égide das grandes mudanças, quando foi dado um passo fundamental na implantação do Novo Modelo de Gestão da Companhia, com a posse do novo Conselho de Administração, agora composto por 13 membros, que procederam a eleição da nova Diretoria Executiva da Companhia a partir de uma lista tríplice na forma disposta no novo Estatuto Social, e de conformidade com os preceitos do novo Modelo de Gestão.

A assinatura do Contrato de Gestão e Resultados entre o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva, ocorrida em janeiro de 2004, propiciará a busca de resultados concretos com a definição de metas e objetivos a serem alcançadas por todos, culminando assim com o objetivo proposto pela atual Administração da Companhia.

Mesmo sendo um ano caracterizado por uma política econômica restritiva, com foco no combate à inflação, os juros elevados, crédito escasso, aumento dos custos de produção, retração das atividades nas indústrias catarinenses, o mercado consumidor da Celesc apresentou taxas de crescimento de 3,3% em relação ao ano anterior.

Diante do fato de que o setor elétrico nacional está passando por crises, indefinições regulatórias e com possibilidade de mudança do próprio modelo institucional, a Celesc continua sendo apontada pelos analistas de mercado como uma exceção à regra. É considerada uma das empresas menos endividadas do setor, tem bom potencial de mercado, boa operacionalmente e possui excelentes fundamentos.

O lucro líquido do exercício de 2003 é de R\$168,2milhões, 157,9% maior do que o prejuízo registrado em 2002, e a distribuição de juros sobre o capital próprio proposta, é um exemplo de resultado que está baseado num trabalho conjunto, visando a excelência empresarial, baseado na gestão focada no mercado.

Governança Corporativa

A Celesc, na busca de oferecer aos seus investidores melhorias nas práticas de governança e transparência, aderiu, em 26 de junho de 2002, ao Nível II de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativas da Bovespa, onde negocia suas ações, propiciando a elevação do potencial de valorização dos seus ativos. É um sério compromisso de gestão, que assegura ao mercado transparência absoluta em seus negócios. A Celesc é a primeira empresa do Setor Elétrico Brasileiro a ingressar no Nível II, ostentando o selo de confiança da Bovespa. E tem buscado implementar as melhores práticas de Governança com a finalidade de otimizar o seu desempenho e oferecer maior proteção, por meio de melhorias na prestação de informações ao mercado.

Dentre as práticas adotadas pela Celesc para o cumprimento das Regras de Governança Corporativa - Nível II, destacamos:

- melhoria nas informações prestadas anualmente e trimestralmente;
- disponibilidade e divulgação do calendário anual de eventos corporativos;
- manutenção em circulação de mais de 25% das ações em circulação no mercado;
- mandato unificado de 1 ano para todo o Conselho de Administração;
- extensão para todos os acionistas detentores de ações ordinárias das mesmas condições obtidas pelos controladores, quando da venda do controle da companhia e de 70% deste valor para os detentores de ações preferenciais;
- obrigatoriedade de realização de uma oferta de compra de todas as ações em circulação, pelo valor econômico, nas hipóteses de fechamento do capital ou cancelamento do registro de Nível II;
- cumprimento de que os novos Administradores e membros do Conselho Fiscal eleitos subscrevam o Termo de Anuência dos Administradores e o Termo de Anuência dos membros do Conselho Fiscal, com envio a Bovespa;
- as convocações de Assembleias Gerais descrevem com precisão os assuntos a serem tratados, com as matérias relevantes sugeridas pelos acionistas, e suas realizações são em data e hora de fácil acesso;
- as informações da empresa e suas Demonstrações Contábeis prestadas através das Informações Trimestrais (ITR) e Anuais (IAN e DFP) ao mercado, têm sido aprimoradas sucessivamente, com detalhes e mais transparências das informações aos seus acionistas e ao mercado em geral.

Novo Modelo de Gestão

Houve alterações no Estatuto Social, com a mudança na composição do Conselho de Administração, passando de 11 membros para 13 membros. O Governo do Estado continua com seis representantes, os outros sete representam consumidores (três), minoritários (três) e empregados (um).

Novo Modelo de Gestão -- continuação

Foi implantada a nova estrutura organizacional baseada em princípios de descentralização e horizontalização dos processos, com redução de aproximadamente 30% dos cargos comissionados, compactação das Diretorias de Distribuição e de Engenharia e Operação, resultando em uma Diretoria Técnica, criação da Diretoria de Gestão e Desenvolvimento Organizacional, alteração das atribuições da Diretoria Econômico-Financeira e a extinção da Diretoria Administrativa.

Além disso, foram criadas instâncias de representação dos diversos agentes envolvidos no dia-a-dia da companhia, tais como: comitês - que são formados por profissionais que têm ligação direta com a Diretoria; comissões de gestão - formadas nas agências regionais e nos departamentos por gerentes e representantes dos empregados, escolhidos em eleições diretas livres e abertas a todos os empregados; e os grupos de trabalhos formados tanto por comitês como por comissões.

A assinatura do Contrato de Gestão entre o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva da Companhia, ocorrida em janeiro de 2004, e a assinatura do Contrato de Resultados entre a Diretoria Executiva e os Departamentos e Agências Regionais, prevista para o mês de maio de 2004, consolidará a implantação do referido modelo.

Reestruturação Societária e Patrimonial

É intenção da Administração redefinir um novo modelo societário para a Celesc, em atendimento as cláusulas estabelecidas nos contratos de concessão nº 55/99 e nº 56/99, visto que a Lei nº 12.130, que aprovou o novo modelo societário para a Concessionária em 16 de janeiro de 2002, não foi aprovada pela Aneel; em função disso, a Celesc está respondendo a processos de autos de infração.

A nova estrutura societária e patrimonial da Celesc deverá estar implantada até meados de junho de 2005, adaptando-se às novas regras do setor elétrico brasileiro, e buscando reestruturar um modelo societário de gestão, que traga mais inovação para a Companhia, com o fortalecimento do perfil de empresa pública, partindo de alguns pressupostos como ética, profissionalismo, gestão compartilhada, pautada na obtenção de resultados.

O cronograma de eventos desse processo de reestruturação societária, já em implantação, foi encaminhado à Aneel, contendo todas as etapas básicas à desverticalização das atividades de geração e de distribuição, adaptando-se às novas regras do setor elétrico que determina alterações na estrutura societária da Celesc.

Para viabilizar o novo modelo societário, o Acionista Controlador deverá submetê-lo à aprovação legislativa, mediante um novo Projeto de Lei, que deverá promover a reorganização administrativa, técnica e societária da Celesc, com a criação de subsidiárias de geração e de distribuição.

No final de dezembro de 2003, a Celesc encaminhou à Aneel, o cronograma de eventos, em cumprimento às cláusulas dos contratos de concessão e em conformidade com o art. 8º, § 5º, do Projeto de Lei de Conversão PLV nº 1, da Medida Provisória nº 144.

Novo Modelo do Setor Elétrico

O setor elétrico brasileiro vive atualmente um momento de grande crise e indefinições. Com a aprovação do novo arcabouço legal do setor elétrico, que visa garantir a segurança no suprimento de energia elétrica, assegurar a modicidade tarifária e promover a universalização dos serviços de energia elétrica, espera-se definições claras para garantir o bom desempenho das empresas que prestam serviço público de energia elétrica.

A Celesc, concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica, deverá adaptar as novas regras do setor elétrico, dentro das disposições contidas no art. 20 da Medida Provisória nº 144.

Ambiente Econômico

O ano de 2003 foi caracterizado por uma política econômica restritiva, com foco no combate à inflação, os juros elevados, o crédito escasso e caro, a redução da renda real da população, o aumento dos custos de produção, a queda nos investimentos públicos e privados refletiram negativamente nas atividades.

Os principais indicadores industriais divulgados referentes à produção (IBGE) e faturamento industrial (FIESC) registraram retração das atividades industriais catarinenses, em relação ao ano anterior, sendo os declínios de 2,9% e 12%, respectivamente. Para o Brasil, os indicadores revelam estagnação.

A queda de vendas industriais em Santa Catarina teve como fatores os declínios na indústria alimentar (desaquecimento do mercado interno, menor exportação de suínos), também influenciada por reduções em material de transporte, plástico (aumento expressivo das matérias primas e redução de vendas de embalagens) e têxtil.

A grande fonte de sustentação da indústria foi o mercado externo, já que a demanda doméstica mostrou-se desaquecida por todo o ano. As exportações favoreceram o nível de emprego que mostrou-se positivo.

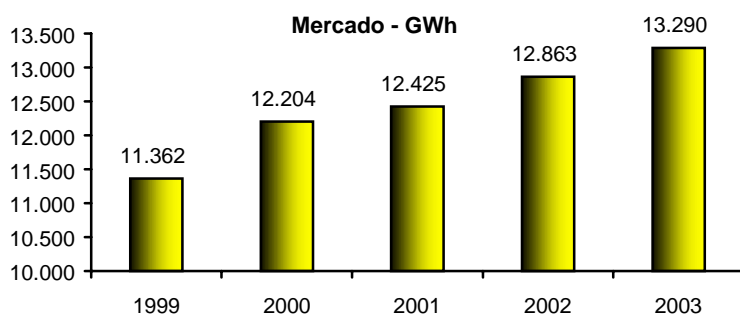
Em 2003, as exportações catarinenses foram recordes, chegando a US\$3,7 bilhões e com crescimento de 17% em relação ao ano anterior. O saldo foi positivo em US\$2,7 bilhões. Ocupamos a sexta colocação em nível nacional.

As expectativas para 2004 são de crescimento moderado, havendo pontos favoráveis ao comércio exterior.

A retomada do crescimento econômico em 2004 dependerá, dentre outros fatores, do aumento da poupança interna, da diminuição do custo do capital, da presença de crédito de longo prazo, de investimentos em infra-estrutura e do ambiente internacional.

Mercado de Energia Elétrica

O montante de energia elétrica faturado aos consumidores atendidos diretamente pela Companhia em 2003, foi de 13.290GWh, atingindo um crescimento de 3,3% em relação ao ano de 2002, quando alcançou 12.863GWh.



Consumo por classe - participação % em 2003

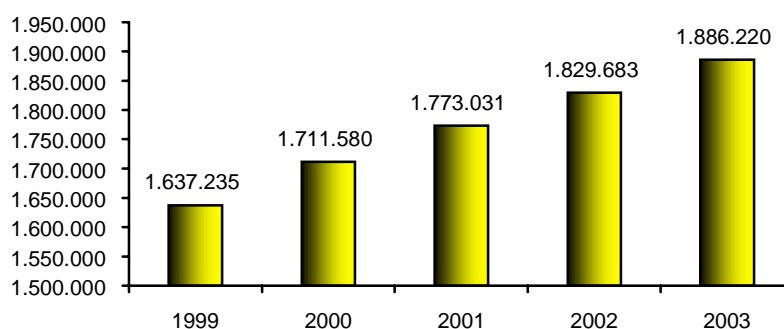
A Classe Residencial, com participação de 23,2% do total do consumo, apresentou um acréscimo de 2,6% com relação ao mesmo período do ano anterior. Com consumo no ano de 2003, de 3.084GWh, supriu a 1.461.018 consumidores nesta classe, cuja participação é de 77,4% do total de consumidores da Celesc.

A Classe Industrial, representando 46,3% do total da energia atendida, totalizou em 2003 um consumo de 6.154GWh, obtendo crescimento de 2,7%. Os destaques, entre os setores de maior participação no consumo, ficaram para os ramos industriais de fabricação de máquinas e equipamentos, metalúrgica básica, fabricação de celulose, papel etc., que, representando 28,9% do consumo industrial total, cresceram no período considerado 11,8%, 7,8% e 3,2%, respectivamente.

A Classe Comercial, com 1.828GWh e participação de 13,7% no consumo total, apresentou no ano um acréscimo de 5,0%, em relação a 2002. Os municípios de Florianópolis, Joinville, Blumenau e Itajaí concentraram neste ano 41,1% do consumo total desta classe, com destaque para Florianópolis com participação de 15,2% e Joinville com 9,6%; as demais classes consumiram 2.224GWh, representando 16,8%.

Em 2003 foram conectados ao sistema Celesc, 56.537 novos consumidores, atingindo a quantia de 1.886.220 consumidores em 2003 contra 1.829.683 em 2002, representando um acréscimo de 3,1% em relação ao ano anterior.

Nº de Consumidores



Balanço Energético

A Companhia necessitou de 14.634GWh de energia no ano de 2003, para atender o seu mercado, representando um acréscimo de 2,3% em relação a 2002. Deste total, 339GWh foram produzidos pelas usinas próprias, e o restante 14.295GWh, foram adquiridos de terceiros. O montante adquirido compulsoriamente de Itaipu representa 21,6% da energia comprada. A Tractebel, Copel, Petrobrás e outros agentes de mercado complementam as necessidades da Companhia.

Do total da energia requerida 13.798GWh foram destinados aos consumidores cativos, representando 90,9%. Para as empresas supridas foram destinados 320GWh representando 2,2%, e o restante 6,9% correspondem às perdas técnicas e comerciais que foram de 1.016GWh, sendo tal percentual, inferior ao verificado em 2002, que foi de 7,7%, mantendo-se assim como um dos melhores índices do setor em todo o País.

Comportamento Tarifário

A tarifa média de venda da Celesc em 2003 foi de R\$166,30/MWh, contra R\$140,46/MWh do ano anterior. Esse crescimento de 18,40% deve-se aos reajustes contratuais concedidos pelo órgão regulador em agosto de 2002 (14,89%) e em agosto de 2003 (25,25%), cujo primeiro impactou nos primeiros 7 meses e o segundo nos últimos 5 meses de 2003.

Já a tarifa média de compra de energia para revenda situou-se em R\$84,74/MWh, contra R\$66,02/MWh no mesmo período anterior.

Essa evolução de 28,35% é resultado principalmente do reajuste dos chamados Contratos Iniciais de energia de 26,69%, que representou 60% da energia comprada no período, bem como da substituição de 25% do montante de energia desses mesmos contratos, a partir de janeiro de 2003, por contratos bilaterais a preços de mercado, por força da Lei nº 9.648/98.

Investimentos

A Companhia implementou um programa de investimentos em 2003 da ordem de R\$134,9 milhões 20,8% superior ao investido no ano anterior que foi de R\$111,6 milhões.



Investimentos -- continuação

Visando atender nosso exigente mercado consumidor na melhoria constante da qualidade e continuidade do fornecimento, a Companhia investiu cerca de R\$128,7 milhões em obras de Distribuição.

Dentre as principais, destacamos as construções de Linhas de Distribuição Herval D'Oeste - Capinzal, Siderópolis (Eletrosul) - Forquilha, Ponte Alta - Santa Cecília, Capinzal - Perdígão, e Entroncamento (Piçarras - Joinville) Cebrace. Foram construídas ainda as Subestações Água Doce e Santa Cecília, e ampliadas a capacidade das SEs Timbó, Itapiranga, Caçador e Tijucas. Foram adquiridos ainda, 18 transformadores de força para aumentar a capacidade de transformação das SEs.

Nos programas de ampliação de redes de distribuição, foram instalados 11.712 postes e 1.810 transformadores de distribuição, e implantados ainda 119Km de alimentadores, além de 23Km do Alimentador Catanduvas - Água Doce, em andamento.

Na área de eletrificação rural foram instalados 1.038km de redes, com 7.837 postes e 1.630 transformadores de distribuição, beneficiando cerca de 2.771 novos consumidores.

Em Instalações Gerais foram investidos R\$5,1milhões, compreendendo principalmente a aquisição de 45 novos veículos, além de equipamentos de informática, móveis e utensílios, entre outros.

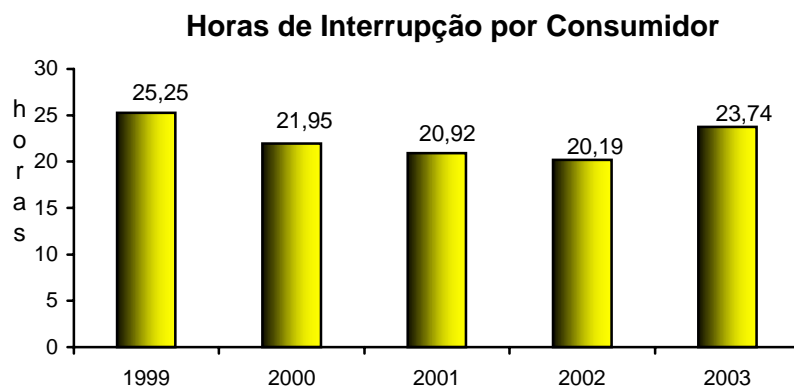
Já na atividade de Geração, visando a melhoria do nosso parque gerador, foram investidos R\$1,1 milhão.

Indicadores de Qualidade

DEC - Duração Equivalente de Interrupção

O Índice de Duração Equivalente de Interrupção por Consumidores - DEC, manteve a tendência de queda nos últimos 4 anos, entretanto no exercício de 2003 houve um aumento significativo de 17,60% em relação ao ano de 2002.

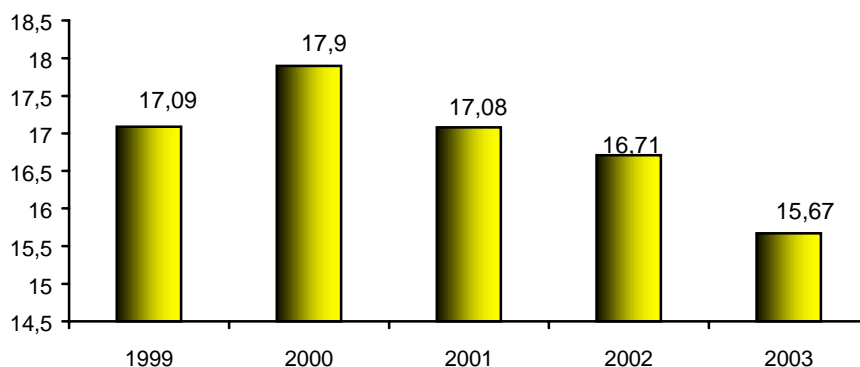
Um dos fatores que influenciaram negativamente, foi o desligamento ocorrido no conjunto Florianópolis no mês de outubro, (173.610 consumidores com DEC de 41,73horas).



FEC - Frequência Equivalente de Interrupção

Já a Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor - FEC, continua apresentando tendências de queda nos últimos anos. Em 2003 o índice situou-se em 15,67 apresentando uma redução de 6,2% em relação ao ano anterior, que situou-se em 16,71.

Numero de interrupções por consumidor

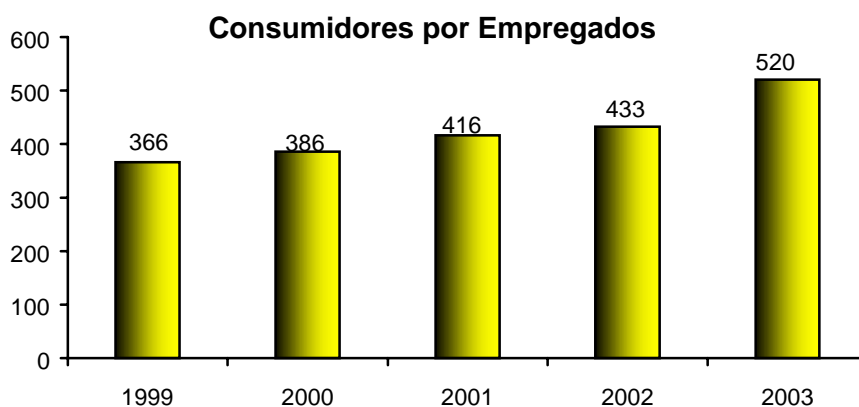


Indicadores de Produtividade

Em função do crescimento de mercado, acréscimo de novos consumidores, e redução do quadro de pessoal, os tradicionais indicadores de produtividade da Companhia apresentaram acentuada melhora no ano de 2003, com uma tendência acentuada para os próximos exercícios. Dentre os principais indicadores, destacam-se:

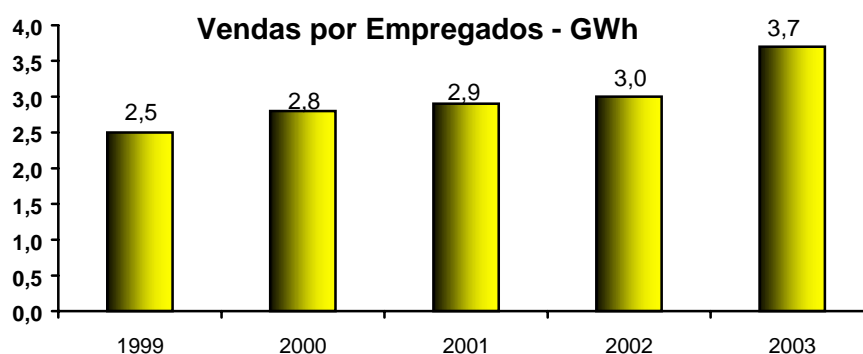
- **Consumidores por Empregado**

Tendo como parâmetro o crescimento vegetativo e a redução de 14,2% do quadro funcional, a relação consumidor por empregado apresentou uma melhora sensível em relação ao ano anterior passando de 433, em dezembro de 2002, para 520 em dezembro de 2003.



- **Vendas por Empregado - GWh**

Também como consequência do crescimento de mercado e redução do quadro de pessoal, as vendas por empregado apresentaram significativo crescimento de 23,3%, passando de 3GWh em 2002, para 3,7GWh em 2003, conforme demonstrado abaixo:



Ingresso de Recursos

Durante o ano, houve apenas o ingresso de recursos da ordem de R\$4,7 milhões oriundos da Eletrobrás, destinados ao Programa de Eletrificação Rural - Luz no Campo.

Financiamento da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” - CVA

Em 11 de novembro de 2003, foi promulgada a Lei nº 10.762, que instituiu o “Programa Emergencial de Apoio às Concessionárias de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica”, destinado a suprir a insuficiência de recursos decorrentes do adiamento da aplicação do mecanismo de compensação do saldo da Conta de Variação de Valores de Itens da “Parcela A - CVA”, por meio de financiamento a ser concedido pelo BNDES às concessionárias.

Em 17 de novembro de 2003, a Diretoria do BNDES autorizou, de acordo com a Decisão nº Dir. 711/2003, a Concessão de Financiamento Mediante Abertura de Crédito para a Celesc, no valor de R\$125,7 milhões, considerada a data base de 07 agosto de 2003, a ser provido à conta de recursos captados junto ao Tesouro Nacional.

O veto Presidencial ao § 2º do artigo 4º do Projeto de Lei nº 127/2003, (contingenciamento de crédito ao setor público), impediu o acesso ao financiamento pelas concessionárias estatais.

Em função da restrição imposta pelo Governo Federal, a Celesc não foi contemplada no pacote de financiamento ao setor elétrico pelo BNDES, o que colaborou para o aumento de sua inadimplência junto ao setor, especificamente com energia comprada da Itaipu Binacional, e no âmbito do Mercado Atacadista de Energia - MAE, referente ao período de 1999 a 2002.

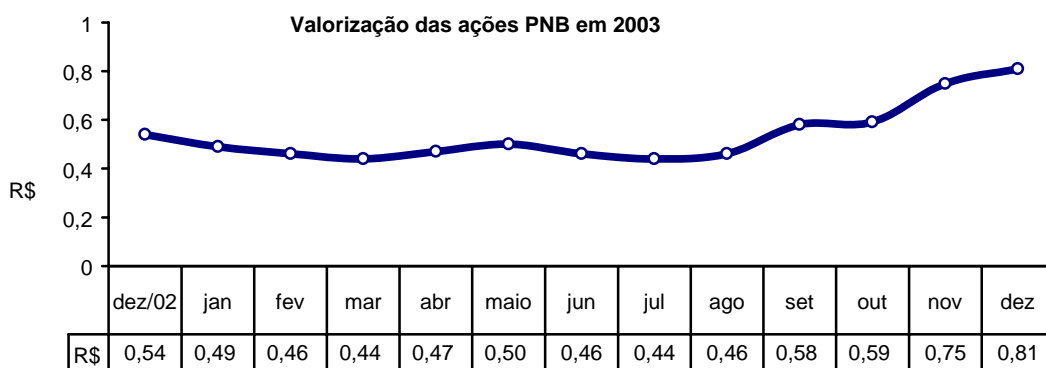
A Celesc está tomando todas as medidas cabíveis, junto aos órgãos federais, inclusive em conjunto com as demais Concessionárias Estatais de Distribuição do País, para que seja dado tratamento isonômico em relação às empresas privadas que estão recebendo tais recursos. A expectativa é de que tais regras sejam flexibilizadas ainda em 2004, o que credenciaria a Celesc a receber tal financiamento.

Mercado Acionário

O ano anterior foi difícil para a economia brasileira. A inflação, o dólar e o risco do país dispararam, com a crise de confiança provocada pelas eleições. Todos estes aspectos macroeconômicos acabaram por afetar o desempenho das empresas brasileiras e muitas delas registraram prejuízo.

Em 2003, porém, apesar do baixo crescimento da economia, grande parte conseguiu reverter a situação. A desvalorização do dólar, a queda dos juros e a reestruturação de companhias foram alguns dos fatores que possibilitaram o registro de lucro neste ano.

O Índice Bovespa que mede o desempenho das empresas no mercado acionário obteve valorização de 97,3%. Na trajetória mais acentuada o Índice das Empresas de Energia Elétrica teve uma valorização de 107,2%. O principal motivo da recuperação foi a perda de valor da moeda americana. Vale lembrar que o dólar começou o ano passado (2002) cotado a R\$2,30 e, no auge da crise, atingiu R\$3,99, em outubro de 2002. É claro que além da melhor situação das empresas, a expectativa pelo novo modelo para o setor também ajudou a aumentar os preços de suas ações.



Na mesma trajetória, deste desempenho extraordinário do mercado, as ações da Celesc valorizaram 50% em relação ao ano anterior, devido à volta da confiança dos investidores internacionais, a volta da estabilidade econômica e a redução da taxa básica de juros.

Juros sobre o Capital Próprio

Em 10 de dezembro de 2003, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de juros sobre o capital próprio, no valor de R\$28 milhões, referente ao lucro líquido do exercício de 2003, que será distribuído aos acionistas após a homologação pela Assembleia Geral Ordinária. Desta distribuição, serão repassados R\$37,67488 por lote de mil ações preferenciais e R\$34,24989 por lote de mil ações ordinárias.

Resultado do Exercício

A Companhia encerrou o exercício social de 2003, com lucro líquido de R\$168,2 milhões devido basicamente pelo incremento no faturamento de energia elétrica e redução das despesas operacionais e financeiras. Este resultado foi superior em 157,9%, se comparado ao ano anterior (prejuízo de R\$290,5 milhões). No quadro a seguir pode-se visualizar, através dos principais indicadores econômicos, o desempenho da Empresa em 2003 em relação a 2002.

Resultado do Exercício – continuação

Índices Econômicos	2002	2003
Receita Operacional Líquida	1.747.863	2.139.020
Resultado do Serviço	(190.302)	341.217
EBITDA	352.881	435.744
Margem Bruta (LB/ROL)	44,0%	40,8%
Margem de Serviço (RS/ROL)	-10,9%	16,0%
Margem Operacional	-22,2%	10,3%
Margem Líquida	-16,6%	7,9%
Rentabilidade do Patrimônio Líquido	-31,3%	27,6%

A receita operacional líquida de 2003 atingiu o montante de R\$2.139 milhões, superando em 22,4% o valor de 2002 (R\$1.748 milhões). Este crescimento deveu-se principalmente pelos aumentos tarifários concedidos pela Aneel em agosto de 2002, e agosto de 2003, aliado ao crescimento de 3,3% no mercado de fornecimento de energia elétrica.

O resultado do serviço apresentou valor positivo de R\$341,2 milhões, representando um aumento de 179,3% quando comparado ao obtidos em 2002, sendo que este resultado deveu-se além do aumento do faturamento de energia, também pela redução na Despesa Operacional, especificamente com gastos de pessoal, uma vez que no exercício de 2002 a companhia tinha provisionado o Programa de Demissão Voluntária Incentivada - PDVI no montante de R\$389,3 milhões e pela redução significativa das despesas financeiras decorrente do baixo endividamento. O resultado financeiro apresentou valor negativo de R\$121,9 milhões, representando uma melhora de 38,3% quando comparado com o exercício de 2002.

O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos e depreciação e amortização, que equivale ao conceito restrito de fluxo de caixa operacional da Empresa, atingiu o valor de R\$436 milhões em 2003, contra R\$353 milhões ocorrido em 2002. Esta variação positiva de 23,5%, que foi superior a observada na receita operacional, reflete o ganho de eficiência na gestão operacional da Empresa.

Com efeito, este ganho de eficiência, associado a redução das despesas operacionais, propiciou um grau de cobertura operacional confortável para a Companhia. Esta constatação pode ser melhor visualizada através da relação entre o resultado do EBITDA e as despesas financeiras. Em 2002 para cada R\$1,00 de EBITDA a Empresa possuía R\$1,38 de obrigações financeiras, já em 2003 esta situação inverteu-se, ou seja, para cada R\$1,00 de obrigações financeiras, o potencial de caixa foi de R\$2,61, o que denota um ótimo grau de cobertura de juros.

A rentabilidade do patrimônio líquido, obtida no ano de 2003, refletirá sobremaneira no ganho de credibilidade da Companhia perante o mercado. O resultado do lucro por lote de mil ações foi de R\$218,00 contra um prejuízo, em 2002, também por lote de mil ações, de R\$377,00.

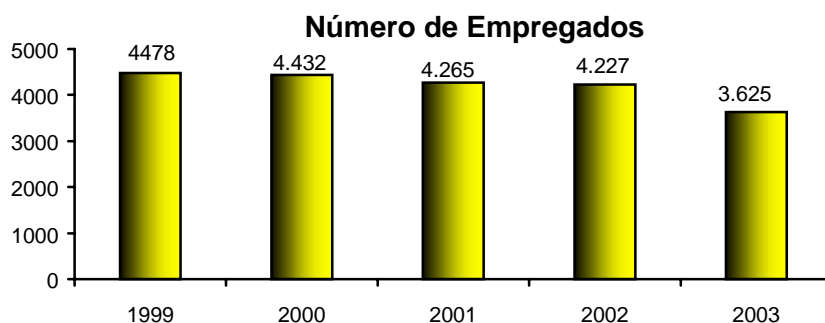
A seriedade e competência na gestão operacional da Empresa e a divulgação, em dezembro de 2003, do pagamento de juros sobre o capital próprio na ordem de R\$28 milhões, demonstram claramente, o empenho da atual Administração em, focada nos resultados justos para os agentes envolvidos, melhorar sua imagem perante o mercado de capitais.

Recursos Humanos

Quadro de Pessoal

O número de empregados está sendo reduzido gradativamente, em função do Programa de Demissão Incentivada - PDVI implantado em dezembro de 2002.

Durante o exercício de 2003, foram desligados da Companhia, 602 empregados, representando 14,2% do total existente em 2002, ficando em 3.625 o número de empregados em 31 de dezembro de 2003.



Balanco Social

O quadro abaixo apresenta, de forma detalhada, as contribuições sociais realizadas pela Companhia nos exercícios de 2003 e 2002, objetivando cumprir sua missão de garantir energia e serviços para o desenvolvimento socioeconômico e qualidade de vida.

	2003		2002	
	R\$ mil	%	Reclassificado R\$ mil	%
1. Base de Cálculo				
1.1. Faturamento Bruto	2.973.938	100,0	2.433.181	100,0
1.2. Resultado Operacional	219.254	7,4	(388.061)	(15,9)
1.3. Lucro Líquido (Prejuízo)	168.189	5,7	(290.595)	(11,9)
1.4. Folha de Pagamento Bruta	263.835	8,9	651.533	26,8
2. Indicadores Sociais Internos				
2.1. Alimentação	6.869	0,2	6.795	0,3
2.2. Encargos Sociais Compulsórios	57.333	1,9	57.044	2,3
2.3. Previdência Social Privada	13.501	0,5	53.862	2,2
2.4. Saúde	6.854	0,2	21.250	0,9
2.5. Educação e Treinamento	3.131	0,1	4.935	0,2
2.6. Outros Benefícios	1.987	0,1	1.913	0,1
	89.675	3,0	145.799	6,0
3. Indicadores Sociais Externos				
3.1. Tributos (excluídos encargos sociais)	799.004	26,9	611.641	25,1
3.2. Contribuições para a Sociedade	1.859	0,1	4.088	0,2
	800.863	27,0	615.729	25,3
4. Indicadores do Corpo Funcional				
4.1. nº de empregados ao final do período	3.625		4.227	
4.2. nº de admissões durante o período	-		6	
4.3. nº de demissões durante o período	599		179	
4.4. nº de mulheres que trabalham na Companhia	532		709	
4.5. % de cargos de chefia ocupados por mulheres	16%		17%	
5. Investimentos Sociais				
5.1. Programa Luz no Campo	8.903		5.021	
5.2. Programa de Eficiência Energética	2.873		2.170	
5.3. Programa de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico	3.812		1.892	
	15.588		9.083	

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Informação Complementar
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2003 e 2002
(valores expressos em milhares de reais)

	<u>2003</u>	<u>2002</u>
Receitas		
Receita Operacional Bruta	2.973.938	2.433.181
Resultado Não Operacional	(3.621)	(43.482)
	2.970.317	2.389.699
Insumos Adquiridos de Terceiros		
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.211.299)	(906.642)
Serviços de Terceiros	(99.944)	(76.488)
Materiais	(34.993)	(18.907)
Outras Despesas	(51.557)	(133.379)
	(1.397.793)	(1.135.416)
Valor Adicionado Bruto	1.572.524	1.254.283
Depreciação e Amortização	(82.222)	(78.302)
Valor Adicionado Líquido	1.490.302	1.175.981
Receitas Financeiras	106.853	177.342
Valor Adicionado a Distribuir	1.597.155	1.353.323
Distribuição do Valor Adicionado		
Pessoal	227.472	614.567
Governo	1.000.677	654.250
Despesas Financeiras (Capital de Terceiros)	200.817	375.101
Juros sobre Capital Próprio	27.999	-
Lucros Retidos	140.190	-
Prejuízos do Período	-	(290.595)
	1.597.155	1.353.323

Formação e Capacitação

Atuando como suporte em diversas áreas da Empresa, e visando capacitar seus colaboradores, foram realizados 202 treinamentos dos quais participaram 2.974 empregados num total de 58.173 homem/hora, em cursos de formação regular, capacitação em temas específicos dentre outros.

Tratamento a Dependentes

A Companhia mantém um Programa de Prevenção e Tratamento do Alcoolismo e Outras Dependências Químicas, consoante com cláusula estabelecida no Acordo Coletivo de Trabalho. É um programa que enfoca o problema da dependência química sob os aspectos pessoal, profissional, social e empresarial, para melhorar as condições de saúde, bem-estar e produtividade das pessoas envolvidas. Aplica-se a todos os empregados, aposentados e pensionistas da Companhia. Aos cônjuges e filhos de empregados em tratamento aderidos ao Programa, será concedido psicoterapia. No ano de 2003 foram atendidos 136 participantes, sendo que a empresa participa com 100% nas despesas em psicoterapias individuais, Grupos de Ajuda Mútua e psicoterapias de equipes. No ano de 2003 foram investidos R\$118 mil no referido Programa.

Programas de Eficiência Energética e P&D

Uso Eficiente e Seguro de Energia

Em 2003 o Programa Procel nas Escolas realizou treinamentos em 179 estabelecimentos de ensino no Estado, atingindo 1.096 professores e 72.832 alunos. Na área de eficiência, a Companhia executou diagnósticos energéticos em 10 indústrias catarinenses. Firmou ainda 51 convênios com Prefeituras Municipais para efficientização da iluminação pública daqueles municípios. Deu início ao Projeto Banho de Sol, que prevê a instalação de sistemas de aquecimento solar para substituição de chuveiros elétricos em 30 entidades assistenciais, creches, orfanatos, asilos e assemelhados.

Ao incluir ações específicas de combate ao desperdício de energia elétrica em instituições de caráter assistencial, a Celesc assinala novamente a dupla responsabilidade com a cidadania catarinense. Determinada a praticar políticas de proteção ambiental, a Celesc amplia seu alcance social com o Projeto Aquecimento Solar para substituição do chuveiro elétrico em creches, asilos, e orfanatos. Em 2003 foram investidos cerca de R\$2,9 milhões no referido Programa.

Pesquisa e Desenvolvimento

Foram realizados dois Fóruns de Pesquisa e Desenvolvimento em 2003, reunindo pesquisadores de diferentes centros de pesquisas e universidades catarinenses. Foram definidos critérios para seleção de projetos e assinados contratos de 26 projetos, com investimentos da ordem de R\$3,8 milhões .

Perspectivas

A nova regulação do setor elétrico, com o estabelecimento do primado da competição, representa um ponto de inflexão estratégica no negócio de energia elétrica.

Inserida neste contexto, a Celesc está sendo desafiada a romper barreiras e adotar novos paradigmas para garantir a sua sobrevivência. Este desafio enseja a necessidade de inovar na busca de soluções, catalisando o senso criativo de seus empregados e a competência gerencial. No desenvolvimento de uma visão de futuro para a Companhia, antigos conceitos e preconceitos estão sendo abandonados, para que a força criadora das novas idéias possa gerar os resultados justos para os agentes envolvidos.

Em consonância com esta visão empresarial, a Companhia está implementando o seu modelo de gestão, com a assinatura dos contratos de resultados entre a Diretoria Executiva e os Departamentos e Agências Regionais prevista para maio de 2004. As perspectivas são realistas, e o desdobramento destes contratos de resultados estão alicerçados no planejamento estratégico, com definições claras de objetivos empresariais, metas a serem alcançadas e uma política de conseqüências (ônus e bônus).

Com a redução significativa de seu endividamento e a melhora sensível do perfil de sua dívida, (resultado da efetivação, em 2002, da federalização do débito que o Governo do Estado tinha com a Companhia), o ano de 2003 foi marcado como sendo o ano da retomada.

Perspectivas -- continuação

A seriedade e competência na gestão operacional da Companhia propiciaram um EBTIDA na ordem de R\$436 milhões. O lucro líquido de R\$168,2 milhões e a divulgação, em dezembro de 2003, do pagamento de juros sobre o capital próprio, demonstram claramente a intenção da atual Administração em melhorar ainda mais os resultados para 2004.

A participação inédita em projetos de PCHs em parceria com a iniciativa privada nos moldes “private equity”, iniciada em 2003, a ser concluída em 2004, com potencial de geração de 200MW, demonstra a intenção em estimular a ampliação do parque gerador em Santa Catarina, abrindo espaço para parcerias com a iniciativa privada, a fim de estimular a geração distribuída.

Acredita-se que em 2004, o Governo Federal definirá as regras para o contingenciamento de crédito ao setor público, em função das pressões das empresas junto aos órgãos competentes, o que propiciará o ingresso dos recursos já aprovados pelo BNDES da ordem de R\$137 milhões (data base fevereiro de 2004) referentes ao financiamento da “Parcela A” - CVA .

Com isso a Companhia quitaria todos os débitos com fornecedores de energia no âmbito do MAE e da Itaipu Binacional, e ainda teria um saldo credor remanescente, o que possibilitaria a aplicação em investimentos que foram suspensos em função da não liberação dos recursos em 2003.

A conquista do prêmio internacional como uma das empresas com o melhor índice de satisfação dos clientes em toda a América Latina, na avaliação da CIER (Comisión de Integración Energética Regional) reflete os esforços empreendidos pela Direção da Companhia que tem seu foco voltado para os clientes e sociedade, e exigirá esforços redobrados para mantermos o nome da Companhia na vanguarda do atendimento aos clientes.

Finalmente cabe ressaltar que o ano de 2004 será marcado pelo processo de revisão tarifária da Celesc, com data base em agosto, e cujas perspectivas de adequação à empresa modelo nos moldes propostos pela Aneel, significará ajustes de toda ordem. A Companhia está tomando todas as medidas para atender as exigências e adequar-se aos moldes a serem propostos.

Agradecimentos

Em nome da Diretoria, dirigimos os nossos agradecimentos aos Senhores Acionistas, pela confiança depositada na atual Administração, aos nossos empregados, pela dedicação e competência com que conduziram mais uma jornada na construção do futuro empresarial, aos nossos parceiros, clientes e fornecedores, pelo entendimento em momentos de dificuldades, e ao conselho de administração e conselho fiscal, autoridades estaduais, federais e municipais, pelo apoio recebido e pela colaboração prestada.

Florianópolis, março de 2004.

A ADMINISTRAÇÃO

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - Celesc

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2003 e 2002
(valores expressos em milhares de reais)

ATIVO

	2003	2002 Reclassificado
Circulante		
Disponibilidades	91.035	80.920
Consumidores e Revendedores (Nota 4)	528.467	404.896
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(57.901)	(56.424)
Títulos a Receber (Nota 6)	100.849	57.955
Impostos a Recuperar	40.487	19.108
Outras Contas a Receber	40.225	46.849
Almoxarifado	12.434	11.393
Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (Nota 8)	111.591	15.260
Despesas Pagas Antecipadamente	1.204	10.324
	868.391	590.281
Realizável a Longo Prazo		
Títulos a Receber (Nota 6)	61.114	13.723
Contas a Receber do Governo do Estado de Santa Catarina (Nota 7)	47.371	44.257
Depósitos Judiciais	23.853	14.616
Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (Nota 8)	172.326	170.235
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos (Nota 9)	334.151	343.805
Investimentos Temporários (Nota 10)	81.526	93.717
Impostos a Recuperar	18.008	13.977
Outros Créditos	53	51
	738.402	694.381
Permanente		
Investimentos (Nota 11)	89.710	91.305
Imobilizado (Nota 12)	1.291.498	1.253.163
	1.381.208	1.344.468
TOTAL DO ATIVO	2.988.001	2.629.130

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - Celesc

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2003 e 2002

(valores expressos em milhares de reais)

PASSIVO

	<u>2003</u>	<u>2002</u>
Circulante		
Fornecedores (Nota 13)	339.356	351.819
Folha de Pagamento e Encargos Sociais	11.617	7.913
Empréstimos e Financiamentos (Nota 14)	12.298	-
Encargos de Dívidas (Nota 14)	3.776	2.819
Encargos do Consumidor	8.307	9.685
Tributos e Contribuições Sociais	109.298	59.761
Programa Refis/PAES (Nota 18)	23.538	-
Obrigações Estimadas (Nota 17)	38.902	49.807
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	26.030	3
Benefício Pós-Emprego (Nota 16)	37.881	25.556
Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (Nota 8)	9.989	907
Outras Contas a Pagar	44.703	35.152
	665.695	543.422
Exigível a Longo Prazo		
Empréstimos e Financiamentos (Nota 14)	34.468	44.166
Provisão para Contingências (Nota 19)	126.093	120.057
Obrigações Fiscais (Nota 20)	83.832	44.925
Benefício Pós-Emprego (Nota 16)	1.062.557	1.016.083
Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (Nota 8)	3.330	11.089
Outras Contas a Pagar	2.639	2.639
	1.312.919	1.238.959
Obrigações Especiais	231.610	209.162
	1.544.529	1.448.121
Patrimônio Líquido (Nota 21)		
Capital Social	696.200	696.200
Reservas de Lucros	70.591	-
Prejuízos Acumulados	-	(69.599)
	766.791	626.601
Recursos Destinados a Aumento de Capital	10.986	10.986
	777.777	637.587
TOTAL DO PASSIVO	2.988.001	2.629.130

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - Celesc

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2003 e 2002

(valores expressos em milhares de reais)

	2003	2002 Reclassificado
Receita Operacional Bruta		
Fornecimento de Energia Elétrica (Nota 22)	2.818.608	2.302.561
Suprimento de Energia Elétrica (Nota 22)	15.513	12.334
Encargo de Capacidade Emergencial	77.175	69.399
Outras Receitas	62.642	48.887
	2.973.938	2.433.181
Deduções da Receita Operacional		
ICMS sobre Energia Elétrica	(622.602)	(512.875)
ISS	(648)	(26)
Reserva Global de Reversão - RGR	(16.039)	(28.510)
Cofins e Pasep	(137.616)	(91.125)
Encargo de Capacidade Emergencial	(58.013)	(52.782)
	(834.918)	(685.318)
Receita Operacional Líquida	2.139.020	1.747.863
Despesas Operacionais		
Energia Elétrica Comprada para Revenda (Nota 23)	(1.211.299)	(906.642)
Pessoal	(263.835)	(651.533)
Material	(34.993)	(27.199)
Serviço de Terceiros	(99.944)	(76.488)
Conta de Consumo de Combustível - CCC	(53.953)	(72.914)
Depreciação	(82.222)	(78.302)
Provisões/Reversões Operacionais	(12.305)	(75.581)
Outras	(39.252)	(49.506)
	(1.797.803)	(1.938.165)
Resultado do Serviço	341.217	(190.302)
Receitas (Despesas) Financeiras		
Juros sobre Contas a Receber do Governo do Estado de Santa Catarina	3.114	36.681
Variações Monetárias sobre Contas a Receber do Governo do Estado de Santa Catarina	8	42.143
Variações Monetárias e Acréscimos Moratórios sobre Energia Vendida	27.436	17.133
Variações Monetárias, Cambiais e Acréscimos Moratórios sobre Energia Comprada	(19.869)	(64.982)
Encargos de Dívidas	(26.422)	(48.260)
Variações Monetárias e Cambiais sobre Empréstimos	(2.346)	(63.594)
Atualizações sobre Contas do Fundo de Pensão	(78.261)	(87.049)
Atualização Programa Refis/Paes	(7.471)	(7.519)
Juros sobre Capital Próprio (Nota 21)	(27.999)	-
Outras Receitas (Despesas) Financeiras, Líquidas	9.847	(22.312)
	(121.963)	(197.759)
Resultado Operacional	219.254	(388.061)
Resultado Não Operacional		
Receita Não Operacional	9.818	5.554
Despesa Não Operacional	(1.248)	(3.746)
Provisão para Desvalorização CRC, Casan e Investimentos Temporários (Notas 7, 10 e 11)	(13.179)	(48.373)
Reversão da Provisão para Desvalorização Casan e Investimentos Temporários (Notas 7, 10 e 11)	988	3.083
	(3.621)	(43.482)
Lucro (Prejuízo) Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	215.633	(431.543)
Provisão para Imposto de Renda (Nota 27)	(21.884)	-
Provisão para Contribuição Social (Nota 27)	(8.503)	-
Imposto de Renda Diferido (Nota 27)	(33.038)	105.037
Contribuição Social Diferida (Nota 27)	(12.018)	35.911
Reversão dos Juros sobre Capital Próprio (Nota 21)	27.999	-
	168.189	(290.595)
Lucro (Prejuízo) do Exercício	168.189	(290.595)
Lucro (Prejuízo) por Lote de Mil Ações em Reais	218,02	(376,70)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - Celesc

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2003 e 2002

(valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Lucros Acumulados	Subtotal	Recursos Destinados a Futuro Aum. de Capital	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2001	696.200	217.998	-	-	914.198	10.986	925.184
Estorno de Remuneração Bens e Direitos Capital Próprio	-	(55)	-	-	(55)	-	(55)
Outras Reservas de Capital	-	3.053	-	-	3.053	-	3.053
Prejuízo do Exercício	-	-	-	(290.595)	(290.595)	-	(290.595)
Compensação do Prejuízo com Reservas	-	(220.996)	-	220.996	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2002	696.200	-	-	(69.599)	626.601	10.986	637.587
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	168.189	168.189	-	168.189
Destinação do Lucro Líquido:							
Constituição de Reserva Legal	-	-	4.930	(4.930)	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	(27.999)	(27.999)	-	(27.999)
Retenção de Lucros	-	-	65.661	(65.661)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2003	696.200	-	70.591	-	766.791	10.986	777.777

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - Celesc

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2003 e 2002

(valores expressos em milhares de reais)

	<u>2003</u>	<u>2002</u>
ORIGENS DOS RECURSOS		
Das Operações:		
Resultado do Exercício	168.189	(290.595)
Itens que não Afetam o Capital Circulante Líquido:		
Depreciação	82.222	78.302
Custo das Baixas do Ativo Permanente	17.295	19.304
Juros com Empréstimos ao Governo do Estado de Santa Catarina (Nota 7)	(3.114)	(2.821)
Obrigações Fiscais de Longo Prazo (Nota 20)	38.907	25.762
Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias (Nota 19)	6.036	42.622
Desvalorização CRC, Casan e Investimentos Temporários (Notas 10 e 11)	12.191	7.735
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	9.654	(134.288)
Atualizações Monetárias de Longo Prazo	84.092	232.717
Total das Origens das Operações	415.472	(21.262)
De Acionistas:		
Estorno de Remuneração das Imobilizações em Curso	-	(55)
Aumento de Reservas de Capital	-	3.053
Total das Origens dos Acionistas	-	2.998
De Terceiros:		
Financiamentos Obtidos de Longo Prazo (Nota 14)	4.759	50.896
Adições em Obrigações Especiais	22.449	22.576
Baixa de Depósitos Judiciais	5.736	37.156
Baixa de Itens no Realizável a Longo Prazo	48.841	8.158
Benefício Pós-Emprego	15.306	402.742
Aumento do Exigível a Longo Prazo	-	123.084
Total das Origens de Terceiros	97.091	644.612
TOTAL DAS ORIGENS	512.563	626.348
APLICAÇÕES DE RECURSOS		
Em Depósitos Judiciais	14.973	19.596
Transferência do Circulante para o Realizável a Longo Prazo	-	3.265
Em Outros Itens do Realizável a Longo Prazo	99.421	3.613
Em Investimentos Temporários	-	4.168
No Investimento (Nota 11)	1.398	11.547
No Imobilizado	134.859	111.612
Juros sobre Capital Próprio	27.999	-
Transferência do Exigível a Longo Prazo para o Passivo Circulante	49.407	140.380
Redução do Exigível a Longo Prazo	18.819	1.113
Compensação de Exigível a Longo Prazo com Créditos do BNDES	-	497.116
Variação de Custos da Parcela A (Nota 8)	9.850	107.061
TOTAL DAS APLICAÇÕES	356.726	899.471
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	155.837	(273.123)
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO		
Ativo Circulante		
No Início do Exercício	590.281	979.279
No Fim do Exercício	868.391	590.281
	278.110	(388.998)
Passivo Circulante		
No Início do Exercício	543.422	659.297
No Fim do Exercício	665.695	543.422
	122.273	(115.875)
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	155.837	(273.123)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - Celesc

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2003 e 2002

(valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - Celesc, sociedade anônima de capital aberto, é uma concessionária do serviço público de energia elétrica, e seu acionista controlador é o Estado de Santa Catarina.

A Companhia tem por objetivo: executar a política de energia formulada pelo Governo do Estado; realizar estudos, pesquisas e levantamentos socioeconômicos, com vistas ao fornecimento de energia, em articulação com os órgãos governamentais ou privados próprios; planejar, projetar, construir e explorar sistemas de produção, transmissão, transporte, armazenamento, transformação, distribuição e comercialização de energia, principalmente a elétrica, bem como, serviços correlatos; operar os sistemas diretamente, através de subsidiárias, empresas associadas ou em cooperação; cobrar tarifas ou taxas correspondentes ao fornecimento de energia, particularmente a elétrica; desenvolver, isoladamente ou em parceria com empresas públicas ou privadas, empreendimentos de geração, distribuição e comercialização de energia, telecomunicações e infra-estrutura de serviços públicos; pesquisas científicas e tecnológicas de sistemas alternativos de produção energética, telecomunicações e infra-estrutura de serviços públicos.

A área de concessão da Companhia abrange 262 municípios em Santa Catarina e um município no Estado do Paraná (Rio Negro). Além disso, 25 municípios são atendidos indiretamente através de suprimento de energia por meio de cooperativas de eletrificação rural. A Companhia atende a um total de 1.886.220 consumidores (1.829.683 em 2002) e conta atualmente com um quadro de 3.625 empregados (4.227 em 2002).

A Companhia opera com 12 usinas hidrelétricas gerando aproximadamente 3% da energia elétrica distribuída, sendo o restante fornecido pela Tractebel (59%), Itaipu (21%), Copel (8%), Petrobrás (8%) e demais fornecedores (1%).

De acordo com a Resolução Aneel nº 207, de 11 de junho de 1999, em 22 de julho de 1999, foi firmado o Contrato de Concessão nº 56/99 - Aneel, no qual ficaram estabelecidas as condições e o prazo até 7 de julho de 2015, para a exploração da concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica no Estado de Santa Catarina. Conforme contrato de concessão, as tarifas de energia serão reajustadas anualmente, com base no Índice de Reajuste Tarifário - IRT, homologadas pela Aneel.

Conforme os contratos de concessão, o acionista controlador obrigou-se a organizar e administrar separadamente os serviços de que é titular (geração e distribuição de energia elétrica) e reorganizar societariamente a Concessionária, constituindo empresas juridicamente independentes destinadas a explorar tais serviços. A Companhia está adotando medidas para viabilizar o cumprimento das cláusulas contratuais.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (Lei nº 6.404/76 e Lei nº 9.457/97), com as normas específicas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, bem como, de acordo com as normas aplicáveis às concessionárias do serviço público de energia elétrica, estabelecidas pelo Órgão Regulador - Aneel.

Objetivando prover um melhor grau de detalhamento das informações contábeis, a Companhia está divulgando no Relatório da Administração, de forma complementar, a Demonstração do Valor Adicionado.

Foram promovidas reclassificações em certas rubricas da demonstração do resultado do período, visando aperfeiçoar sua apresentação. Objetivando manter a comparabilidade destas rubricas, foram efetuadas as respectivas reclassificações dos valores anteriormente divulgados relativamente ao mesmo período de 2002, conforme evidenciado abaixo:

Descrição	Saldos em 31.12.2002		
	Apresentado	Reclassificações	Reclassificado
Ativo Circulante			
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(47.073)	(9.351)	(56.424)
Títulos a Receber	48.604	9.351	57.955
Ativo Realizável a Longo Prazo			
Títulos a Receber	13.302	421	13.723
Contas a Receber do Governo do Estado de Santa Catarina	39.995	4.262	44.257
Impostos a Recuperar	10.253	3.724	13.977
Outros Créditos	8.458	(8.407)	51
Receita Operacional Bruta			
Fornecimento de Energia Elétrica	2.303.786	(1.225)	2.302.561
Suprimento de Energia Elétrica	18.289	(5.955)	12.334
Outras Receitas	41.707	7.180	48.887
Despesas Operacionais			
Material	(18.907)	(8.292)	(27.199)
Outras	(57.798)	8.292	(49.506)

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Disponibilidades

Contempla o saldo de aplicações financeiras que são registradas pelos valores originais aplicados, atualizadas até a data do balanço, de acordo com as taxas pactuadas junto às instituições financeiras. Contempla, também, o saldo mantido em conta corrente bancária e os valores arrecadados e ainda não repassados pelos agentes arrecadadores.

b) Consumidores e Revendedores

Referem-se aos serviços medidos e faturados aos clientes e não recebidos até 31 de dezembro de 2003. Contempla, também, as receitas decorrentes do fornecimento de energia elétrica ainda não faturadas, contabilizadas por estimativa, com base no consumo estimado entre a data da última leitura e o final de cada mês.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS -- continuação

c) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

É constituída até o limite que se estima ser suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos créditos.

d) Títulos a Receber

Correspondem a créditos derivados da venda de energia, renegociados parceladamente, acrescidos de multas calculadas até a data da renegociação, conforme determina o Órgão Regulador, e de juros remuneratórios calculados até 31 de dezembro de 2003.

e) Almoxarifado

Refere-se a materiais destinados à manutenção das operações e são demonstrados ao custo médio das compras. Os materiais destinados às construções são classificados como imobilizações em curso e estão avaliados pelo custo histórico.

f) Contas a Receber do Governo do Estado de Santa Catarina

Correspondem a dívidas do Governo do Estado de Santa Catarina assumidas junto à Companhia, acrescidas de juros e atualizações monetárias, conforme contrato, calculado até a data de encerramento das Demonstrações Contábeis, conforme demonstrado na nota 7.

g) Despesas Pagas Antecipadamente

Referem-se principalmente aos custos incluídos na Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A - "CVA" e respectivos encargos. Esses valores são base para reajustes tarifários e são apropriados ao resultado à medida que a receita correspondente é faturada aos consumidores, conforme determinado nas Portarias Interministeriais nº 296 e nº 116, de 25 de outubro de 2001 e 04 de abril de 2003, respectivamente, Lei nº 10.438/2002, e resoluções complementares da Aneel.

h) Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro Diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social Sobre o Lucro Diferidos foram calculados com base na alíquota efetiva desses impostos e registrados no ativo realizável e passivo exigível a longo prazo, em virtude das diferenças temporárias consideradas no momento da apuração destes impostos, saldos de prejuízos fiscais compensáveis na apuração de Imposto de Renda e bases negativas na apuração de Contribuição Social Sobre o Lucro. Esses tributos foram calculados à base de 25% para Imposto de Renda e 8% ou 9% para a Contribuição Social Sobre o Lucro, dependendo do prazo esperado para a realização dessas bases. Esses impostos serão recuperados em operações futuras conforme demonstrado na nota 9.

i) Investimentos

Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, deduzidos da provisão para perdas, quando aplicável, conforme demonstrado na nota 10 e 11.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS -- continuação

j) Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido de depreciação calculada pelo método linear, toma-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, conforme determina a Portaria DNAEE nº 815, de 30 de novembro de 1994, e as taxas anuais constantes da tabela anexa à Resolução Aneel nº 02 de 24 de dezembro de 1997, e nº 44, de 17 de março de 1999. Em função do disposto nas Instruções Contábeis do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, os juros, encargos financeiros e variações monetárias, relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão registrados neste subgrupo como custo, conforme demonstrado na nota 12.

k) Fornecedores

Este item inclui, além das dívidas junto aos fornecedores de energia, materiais e serviços e o custo da energia de curto prazo adquirida no Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE, até 31 de dezembro de 2003, conforme demonstrado na nota 13.

l) Imposto de Renda e Contribuição Social

Os referidos tributos são apurados com base no lucro tributável, ajustado de acordo com a legislação e alíquotas vigentes (Imposto de Renda 15% mais adicional de 10% aplicável sobre o lucro excedente ao limite estabelecido e Contribuição Social Sobre o Lucro 9%).

m) Obrigações Especiais

Referem-se a pagamentos efetuados por consumidores com o objetivo de contribuir na execução de projetos de expansão necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica, estando registrados pelos valores originais das contribuições dos consumidores no financiamento desses empreendimentos. Os ativos adquiridos com tais recursos são registrados no imobilizado da Companhia, conforme estabelecido no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica. Em virtude de sua natureza, essas contribuições não representam obrigações financeiras efetivas, uma vez que não serão devolvidas aos consumidores.

n) Demonstração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

4. CONSUMIDORES E REVENDEDORES

Classes de Consumo	31.12.2003					31.12.2002	
	Vincendos	Vencidos			Subtotal	Total	
		Até 90 dias	91 a 360	Mais de 360			
Consumidores							
Residencial	55.376	32.494	2.798	3.329	38.621	93.997	74.335
Industrial	100.950	22.817	10.157	2.892	35.866	136.816	106.809
Comercial	21.848	13.386	2.337	7.655	23.378	45.226	35.904
Rural	14.997	3.197	374	1.185	4.756	19.753	15.324
Poder Público	4.675	4.739	1.389	10.237	16.365	21.040	22.390
Iluminação Pública	1.481	977	890	11.904	13.771	15.252	15.957
Serviço Público	2.978	3.056	9.976	6.209	19.241	22.219	9.107
Encargo Cap. Emergencial	9.070	6.186	7.398	5.078	18.662	27.732	13.684
Não Faturado	110.775	-	-	-	-	110.775	85.942
Outros Créditos	7.637	-	-	-	-	7.637	20.897
	329.787	86.852	35.319	48.489	170.660	500.447	400.349
Revendedores	26.922	-	-	1.098	1.098	28.020	4.547
Total Geral	356.709	86.852	35.319	49.587	171.758	528.467	404.896

Do valor total a receber, em 31 de dezembro de 2003, os saldos vencidos de consumidores e revendedores totalizam R\$153.096 (R\$149.565 em 31 de dezembro de 2002).

A Companhia vem desenvolvendo ações junto aos devedores visando à regularização dos valores vencidos. Tradicionalmente as negociações são mantidas no âmbito de parcelamentos, não havendo exclusão de encargos moratórios, conforme determinação do órgão regulador.

O saldo total em atraso inclui o montante de R\$96.482 (R\$75.512 em 31 de dezembro de 2002), relativo a valores que vêm sendo discutidos judicialmente, principalmente pelos consumidores industriais. Conforme demonstrado na nota 19, a Companhia registrou provisão para possíveis perdas no montante de R\$11.326 (R\$11.326 em 31 de dezembro de 2002), incluída no grupo "Provisão para Contingências", relativas, especificamente, às Portarias 038 e 045 do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE.

5. TARIFA SOCIAL DE BAIXA RENDA

O Governo Federal, pela Lei nº 10.438/2002, determinou a aplicação de tarifa social de baixa renda, com base nos novos critérios e enquadramento das unidades consumidoras de baixa renda.

A partir de maio de 2002, a Companhia promoveu o faturamento do fornecimento de energia elétrica, aplicando a tarifa social, de acordo com a Resolução Aneel nº 246/2002 e nº 485/2002.

O Decreto Presidencial nº 4.538/2002 estabeleceu que o atendimento de consumidores integrantes da subclasse residencial baixa renda será custeado por subvenção econômica (artigo 5º da Lei nº 10.604/2002). A Aneel, pelo Ofício Circular SFF/Aneel nº 155/2003, divulgou os procedimentos contábeis para registro do ativo decorrente do reconhecimento da receita no que diz respeito à redução dos valores faturados, conforme demonstrado abaixo:

Faturamento do Baixa Renda - Exercício de 2002	7.389
Faturamento do Baixa Renda - Exercício de 2003	13.411
Subtotal Faturado	20.800
Subvenção Econômica (Eletrobrás)	(9.392)
Subvenção Econômica (Eletrobrás)	(1.339)
Subtotal Subvenção	(10.731)
Total a Receber do Baixa Renda	10.069

6. TÍTULOS A RECEBER

Descrição	31.12.2003	31.12.2002
Montante negociado (atualizado)	161.963	82.858
(-) Negociações com créditos fiscais - Refis	-	(11.180)
Total	161.963	71.678
Parcela de curto prazo	100.849	57.955
Parcela de longo prazo	61.114	13.723

7. CONTAS A RECEBER DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Descrição	31.12.2003	31.12.2002
------------------	-------------------	-------------------

Contrato de Repasse da CRC		
Principal	-	446.693
Juros	-	277.454
	-	724.147
(-) Provisão para Desvalorização	-	(234.719)
(-) Transferência do Crédito para o BNDES	-	(489.428)
	-	-
Empréstimos para o Tesouro Estadual (i)		
Principal	9.228	9.228
Juros	23.881	20.767
	33.109	29.995
Programa Viva Luz (ii)		
Principal	10.000	10.000
Programa Rede Subterrânea (iii)		
Principal	4.262	4.262
Total	47.371	44.257

- i) Em 1985 e 1986 a Companhia concedeu vários empréstimos ao Tesouro Estadual. Em abril de 1988 foi firmado contrato com o Governo do Estado, determinando que as amortizações futuras seriam feitas com a retenção de dividendos. No exercício de 1997 e 1998 houve retenção de R\$2.984 e R\$2.058, respectivamente, relativos a dividendos dos exercícios de 1996 e 1997, para quitação parcial dessa dívida. O saldo registrado (R\$33.109) inclui juros de 10% ao ano capitalizados trimestralmente.
- ii) Pelo Decreto nº 395, de 10 de outubro de 1995, do Governo do Estado de Santa Catarina, foi instituído o denominado “Programa Catarinense de Eletrificação Rural - Viva Luz”, destinado a levar energia elétrica às regiões do interior do Estado. Os recursos para custeio desse programa seriam oriundos de: a) 62,5% de participação do Estado; b) 12,5% de participação da Companhia ; c) 25% de participação dos consumidores.

De acordo, ainda, com o referido Decreto, esses recursos seriam repassados à Companhia por meio de convênio específico. Em 29 de dezembro de 1995 foi firmado o convênio nº GG-CC 001/95, no valor de R\$10.000, o qual se encontra registrado contabilmente como Contas a Receber do Estado de Santa Catarina, em contrapartida de Obrigações Especiais.

- iii) Em junho 1995, a Companhia celebrou o convênio nº 007/95 referente à cooperação financeira juntamente com o Governo do Estado de Santa Catarina e a Prefeitura Municipal de Florianópolis, para a implantação do “Programa Rede Subterrânea”, com a finalidade de substituir a rede aérea de distribuição de energia elétrica e a iluminação pública do centro da cidade de Florianópolis por rede subterrânea. Os recursos inicialmente orçados em R\$3.908 para custeio desse programa teriam a participação do Estado (47,4%), da Prefeitura Municipal de Florianópolis (47,4%) e o restante da Companhia (5,2%).

Posteriormente, o referido convênio teve dois termos aditivos no montante de R\$5.548 e R\$6.915, cabendo aos participantes o mesmo percentual. O programa foi quitado com a Prefeitura Municipal de Florianópolis mediante a compensação da Taxa de Iluminação Pública - TIP, permanecendo registrada a parte do Governo do Estado de Santa Catarina, incluindo nesse montante os reajustes previstos pelo convênio.

8. CONTA DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÃO DE CUSTOS DA “PARCELA A”

Conforme disposições contidas na Medida Provisória nº 14, de 21 de dezembro de 2001, convertida na Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, Portaria Interministerial nº 25, de 24 de janeiro de 2002, Resolução nº 482 - Aneel, de 29 de agosto de 2002, e Resolução Normativa nº 01 da Aneel, a Companhia registrou como despesas antecipadas a variação dos valores de itens denominados “Parcela A” (custos não gerenciáveis) apurados no período de 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001 que serão recuperados por meios do mecanismo da Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE, no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo; de acordo com o prazo para sua recuperação, determinado na Resolução Aneel nº 484, de 29 de agosto de 2002, esses valores serão ressarcidos por recomposição tarifária a partir de janeiro de 2004.

Os valores registrados na Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” - CVA, referentes ao período de 08 de julho de 2002 a 07 de julho de 2003, anteriormente previstos para serem recuperados a partir de 08 de agosto de 2003, tiveram sua data de recuperação adiada por doze meses, pela Portaria Interministerial nº 116, de 04 de abril de 2003, editada pelos Ministérios da Fazenda e de Minas e Energia.

A recuperação por meio da tarifa, para os valores do período de 08 de julho de 2003 a 07 de julho de 2004, está prevista para ocorrer a partir de 08 de agosto de 2004.

Descrição	Parcela A		CVA Adiada	CVA 07/07/03 a 31/12/2003	TOTAL (2+3+4)
	Valor Histórico	Valor Corrigido			
	1	2	3	4	
ATIVO					
Contrato Inicial - Tractebel	49.699	75.326	-	-	75.326
Conta de Consumo de Combustíveis - CCC	26.735	40.521	33.306	1.008	74.835
Repasse Potência de Itaipu	15.245	23.107	52.924	(3.137)	72.894
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	23.118	4.364	27.482
Encargos de Serviço do Sistema	-	-	16.690	12	16.702
Uso da Rede Básica	1.091	1.655	3.624	3.487	8.766
Repasse Potência de Itaipu - Adicional	-	-	5.168	-	5.168
Rede Básica Machadinho	-	-	1.012	-	1.012
Contrato Inicial - Copel	569	862	-	-	862
Transporte de Energia de Itaipu	78	118	90	325	533
Comp. Financ. Utiliz. Recursos Hídricos	105	159	29	-	188
Conexão	98	149	-	-	149
Total no Ativo	93.620	141.897	135.961	6.059	283.917
Parcelas Classificadas no Ativo Circulante	70.215	106.423	5.168	-	111.591
Parcelas Classificadas no Ativo Realizável a Longo Prazo	23.405	35.474	130.793	6.059	172.326
PASSIVO					
Taxa Fiscalização Serviço Energia Elétrica	(520)	(789)	-	-	(789)
Reserva Global de Reversão - RGR	(8.266)	(12.530)	-	-	(12.530)
Total no Passivo	(8.786)	(13.319)	-	-	(13.319)
Parcelas Classificadas no Passivo Circulante	(6.590)	(9.989)	-	-	(9.989)
Parcelas Classificadas no Passivo Exigível a Longo Prazo	(2.197)	(3.330)	-	-	(3.330)
Total Geral	84.834	128.578	135.961	6.059	270.598

Os valores constantes na coluna 4, do quadro acima, serão submetidos à aprovação da Aneel, o que é imprescindível para a legitimidade dos registros contábeis aqui tratados.

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Conforme Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, o ativo fiscal diferido será mantido conforme estimativa de realização nos períodos abaixo discriminados, tendo como fundamento a projeção de lucros e prazos estimados para pagamentos das obrigações tratadas como adições temporárias até 31 de dezembro de 2003.

A Companhia registrou Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro diferidos, calculados sobre as diferenças temporárias registradas nas Demonstrações Contábeis e incluídas na apuração do lucro real, porém indedutíveis neste momento, bem como sobre os saldos de prejuízo fiscal na apuração de Imposto de Renda e base negativa na apuração da Contribuição Social Sobre o Lucro. O quadro a seguir demonstra as bases para a constituição e os respectivos cálculos dos créditos de Imposto de Renda e de Contribuição Social Sobre o Lucro:

Descrição	Períodos Estimados de Realização						Total
	2004	2005	2006	2007	2008 a 2010	2011 a 2013	
Contingências Trabalhistas	12.500	17.000	3.269	3.269	9.806	9.806	55.650
Imposto de Renda	3.124	4.249	817	817	2.452	2.452	13.911
Contribuição Social	1.125	1.530	294	294	883	883	5.009
Portaria 038/045 - DNAEE	566	566	1.005	1.005	3.014	3.014	9.170
Imposto de Renda	142	142	251	251	754	754	2.294
Contribuição Social	51	51	90	90	271	271	824
Ações Inden. (Acidentes e Desapropriação)	823	823	823	823	2.468	2.468	8.228
Imposto de Renda	206	206	206	206	617	617	2.058
Contribuição Social	74	74	74	74	222	222	740
Benefício Pós-Emprego (Deliberação 371 - CVM)	57.322	57.322	57.322	57.322	171.967	171.967	573.222
Imposto de Renda	14.330	14.330	14.331	14.331	42.992	42.992	143.306
Contribuição Social	5.159	5.159	5.159	5.159	15.477	15.477	51.590
Provisão p/ Desvalorização - Casan	-	-	-	-	-	29.202	29.202
Imposto de Renda	-	-	-	-	-	7.301	7.301
Contribuição Social	-	-	-	-	-	2.628	2.628
Provisão INSS - Notificação	-	-	-	-	24.232	-	24.232
Imposto de Renda	-	-	-	-	6.058	-	6.058
Contribuição Social	-	-	-	-	2.182	-	2.182
Prejuízo Fiscal	5.696	108.195	117.224	-	-	-	231.115
Imposto de Renda	1.423	27.049	29.306	-	-	-	57.778
Base Negativa Contribuição Social	6.840	108.195	107.513	-	-	-	222.548
Contribuição Social	616	9.738	9.676	-	-	-	20.030
Outras Provisões	23.266	2.891	3.835	15.578	8.673	-	54.243
Imposto de Renda	5.816	723	959	3.894	2.168	-	13.560
Contribuição Social	2.094	260	345	1.402	781	-	4.882
Base de Cálculo	107.013	294.992	290.991	77.997	220.160	216.457	1.207.610
Imposto de Renda	25.041	46.699	45.870	19.499	55.041	54.116	246.266
Contribuição Social	9.119	16.812	15.638	7.019	19.816	19.481	87.885

10. INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS

Descrição	31.12.2003	31.12.2002
Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - Casan	110.728	110.728
(-) Provisão para Desvalorização	(29.202)	(17.011)
Total	81.526	93.717

A participação societária da Companhia na Casan originou-se pela negociação do débito existente em dezembro de 1999, no valor de R\$90.730. Durante o ano de 2000 a Companhia procedeu à capitalização complementar no valor de R\$10.000 em numerário e mais R\$9.998 com negociação de débitos, passando o saldo do investimento para R\$110.728. O investimento corresponde a 55.364.810 Ações Ordinárias - ON, e 55.363.250 Ações Preferências - PN, todas ao valor de R\$1,00 cada, subscritas e integralizadas, representando 19,3% do capital social da Casan.

A Companhia mantém o firme propósito de alienar o referido investimento, dentro do menor prazo possível, considerando as condições de mercado para negociação das ações. Obteve autorização da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina para a alienação de sua participação acionária, conforme a Lei nº 11.719, de 19 de maio de 2001.

Em 13 de dezembro de 2001 foi realizado leilão público para venda dessa participação acionária, promovido pela Bolsa de Valores de São Paulo. Devido às condições adversas do mercado naquele momento, a referida venda não foi concretizada.

Está reconhecido na rubrica Provisão para Desvalorização do Investimento o valor de R\$29.202 referente ao deságio de 26,4% sobre o capital investido, devido aos resultados negativos apresentados pela Companhia Catarinense de Águas e Saneamento S.A. - Casan, apurados até 30 de setembro de 2003.

11. INVESTIMENTOS

Descrição	31.12.2003	31.12.2002
Usina Hidrelétrica de Cubatão S.A.	3.355	3.355
Machadinho Energética S.A. - Maesa	49.738	49.738
Dona Francisca Energética S.A.	16.513	19.506
Campos Novos Energia S.A. - Enercan	7.906	6.508
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia - ECTE	8.419	8.419
Outros Investimentos	4.693	4.693
(-) Provisão para Desvalorização de Investimentos	(914)	(914)
Total	89.710	91.305

Houve redução de R\$2.993 na Dona Francisca Energética S.A. conforme deliberado, em agosto de 2003, pelo Conselho de Administração, restituindo aos acionistas valores correspondentes a Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital, contabilizados no Patrimônio Líquido.

Na Campos Novos Energia S.A. - Enercan, houve aumento de R\$1.398 em virtude de aportes de capital.

12. IMOBILIZADO

Descrição	Taxas de Depreciação	31.12.2003		31.12.2002	
		Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	
Em Serviço					
Geração					
Terrenos		291	-	291	269
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2,0%	17.626	(7.823)	9.803	1.278
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	2,0% a 4,0%	7.745	(5.544)	2.201	509
Máquinas e Equipamentos	2,5% a 5,9%	19.456	(6.533)	12.923	4.456
		45.118	(19.900)	25.218	6.512
Distribuição					
Intangíveis		2.151	-	2.151	1.117
Terrenos		7.478	-	7.478	7.478
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	4,0%	41.004	(19.687)	21.317	20.300
Máquinas e Equipamentos	2,0% a 7,7%	1.705.930	(666.715)	1.039.215	956.230
		1.756.563	(686.402)	1.070.161	985.125
Administração					
Intangíveis		17.958	-	17.958	17.294
Terrenos		357	-	357	357
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	4,0%	11.440	(6.701)	4.739	4.513
Máquinas e Equipamentos	4,5% a 10,0%	47.430	(22.898)	24.532	31.523
Veículos	10,0%	28.904	(26.809)	2.095	4.642
Móveis e Utensílios	20,0%	5.133	(3.965)	1.168	1.273
		111.222	(60.373)	50.849	59.602
Total em Serviço		1.912.903	(766.675)	1.146.228	1.051.239
Em Curso					
Geração		3.956	-	3.956	23.622
Distribuição		138.383	-	138.383	142.289
Administração		2.931	-	2.931	36.013
Total em Curso		145.270	-	145.270	201.924
Total		2.058.173	(766.675)	1.291.498	1.253.163

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção e distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução Aneel nº 20, de 03 de fevereiro de 1999, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

13. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2003 e 2002, o saldo desta conta era composto conforme evidenciado no quadro a seguir:

Descrição	31.12.2003	31.12.2002
Fornecedores de Energia Elétrica		
Energia Comprada no MAE	59.241	140.694
Eletrosul	7.232	82.308
Eletróbrás	84.433	6.534
Tractebel	64.659	52.985
Copel	12.176	1.087
Bandeirante	1.272	2.885
Chesf	2.075	1.260
Furnas	2.341	661
Petrobrás	11.333	-
Maesa	23.917	2.927
CSN Energia S.A.	6.468	-
Outros	19.648	2.997
Subtotal	294.795	294.338
Encargos de Uso da Rede Elétrica	23.018	17.591
Fornecedores de Materiais e Serviços	21.543	39.890
Total	339.356	351.819

O saldo de energia comprada no MAE foi comunicado aos Agentes, e apresentado por meio de comunicação específica daquela entidade. Esses valores foram submetidos a análise dos auditores independentes contratados por essa entidade. Por orientação do MAE ficou definida a liquidação de 50% desse valor no ano de 2002, sendo que a Companhia pagou em 03 de janeiro de 2003, R\$42.250 com recursos captados junto ao BNDES.

Cumprindo orientações contidas no ofício circular nº 343/2002 - SFF/Aneel, em relação ao registro contábil das transações ocorridas no âmbito do MAE no 1º trimestre de 2002, foram obtidos dessa última entidade, os valores calculados preliminarmente, que resultaram num crédito de R\$53.749 favoráveis à Companhia.

Embora a Companhia tenha aderido ao Acordo Geral do Setor Elétrico (nota 29), que abrange, inclusive a parcela dos custos com a compra de energia elétrica no âmbito do MAE, a Companhia está buscando judicialmente este crédito referido anteriormente.

Tendo em vista o Despacho nº 288 de 16 de maio de 2002, do Diretor Geral da Aneel, e a relevância do valor, com base em dados apenas preliminares, e o grau de incerteza em relação ao desfecho do questionamento judicial, a Administração da Companhia decidiu, conservadoramente, divulgar, mas não contabilizar o valor envolvido. Tão logo este valor seja divulgado em definitivo, a Companhia o reconhecerá em suas Demonstrações Contábeis.

Por força da Lei nº 5.899, de 05 de julho de 1973, a Companhia adquire compulsoriamente da Itaipu Binacional, 4,37% da potência disponível para o Brasil. O faturamento mensal dessa potência é efetuado pela Eletrosul, com base na tarifa monômnia de potência estabelecida pelo Órgão Regulador.

13. FORNECEDORES -- continuação

De acordo com o Decreto nº 2.432, de 17 de maio de 1988, a Companhia paga à Furnas Centrais Elétricas S.A. pelo uso do sistema de transmissão que interliga a Usina de Itaipu ao sistema elétrico brasileiro, a mesma proporção da sua cota de potência. A tarifa aplicável ao faturamento deste encargo também é estabelecida em Resolução específica do Órgão Regulador.

Além da energia adquirida de Itaipu, a Companhia complementa os requisitos de demanda do seu mercado com a energia contratada com a Tractebel e a Copel por meio dos chamados "Contratos Iniciais". Esses contratos definem os montantes de potência e energia até o ano 2002 (inclusive). A partir de 2003, os montantes contratados reduzem a cada ano, extinguindo-se ao final de 2005.

Para cobrir essas reduções nos Contratos Iniciais e em eventuais necessidades além daqueles montantes, a Companhia deverá recorrer ao mercado competitivo, contratando energia com diferentes geradores por meio de acordos bilaterais de suprimento, ou recorrendo ao MAE.

14. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ENCARGOS DE DÍVIDAS

Empréstimos destinados aos programas de distribuição, geração, eletrificação rural e outros. Estão divididos em duas modalidades de contratos: Contratos de Empréstimos e Financiamentos - ECF, com recursos da Reserva Global de Reversão - RGR; e Fundo de Financiamento da Eletrobrás e do Instrumento de Reconhecimento de Débitos - IRD, com recursos do Programa Nacional de Irrigação. A garantia, em caso de inadimplência, está vinculada aos recebíveis da contratante.

A composição dos saldos dos empréstimos e financiamentos e encargos de dívidas é apresentado a seguir:

Descrição	Indexador	Taxas de Juros	31.12.2003		31.12.2002	
			Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
<i>Em Moeda Nacional</i>						
Eletrobrás	UFIR/IGPM	5 a 8% a. a.	388	6.400	-	1.885
BNDES	Selic	1% a. m.	11.910	28.068	-	42.281
			12.298	34.468	-	44.166
Encargos de Dívidas						
<i>Em Moeda Nacional</i>						
Fundo de Pensão - Res. Mat. Amort.			2.104	-	1.861	-
BNDES			594	-	-	-
Eletrobrás e Outras Instituições			1.078	-	958	-
			3.776	-	2.819	-

14. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ENCARGOS DE DÍVIDAS – continuação

A composição dos empréstimos e financiamentos por tipo de moeda e indexador é apresentada no quadro a seguir:

Moeda (equivalente em R\$) / Indexador	31.12.2003		31.12.2002	
	R\$	%	R\$	%
Em Moeda Nacional				
UFIR/IGP-M	6.788	14,51	1.885	4,27
Selic	39.978	85,49	42.281	95,73
	46.766	100,00	44.166	100,00

A mutação dos empréstimos e financiamentos é apresentada no quadro a seguir:

	Moeda nacional		Moeda estrangeira	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Em 31 de dezembro de 2001	12.410	38.257	36.952	113.168
Ingressos	-	50.896	-	-
Encargos	2.134	3.034	24.051	21.198
Variação monetária e cambial	16.924	41.087	162.889	171.317
Transferências	22.545	(89.108)	5.443	(305.683)
Amortizações	(54.013)	-	(229.335)	-
Em 31 de dezembro de 2002	-	44.166	-	-
Ingressos	-	4.759	-	-
Encargos	4.004	243	-	-
Variação monetária e cambial	(4.570)	6.917	-	-
Transferências	21.617	(21.617)	-	-
Amortizações	(8.753)	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2003	12.298	34.468	-	-

Variação das principais moedas estrangeiras e indexadores aplicados aos empréstimos e financiamentos:

Moeda / Indexador	Variação anual (%)	
	31.12.2003	31.12.2002
Selic	23,34	19,17
IGP-M	8,71	25,31

15. TAXAS REGULAMENTARES

Descrição	31.12.2003	31.12.2002
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	13	20
Quota de Reserva Global de Reversão - RGR	1.522	1.123
Quota da Conta de Consumo de Combustível - CCC	2.822	8.471
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	3.979	0
Encargo de Capacidade Emergencial - ECE	35.816	0
Taxa de Fiscalização Aneel	360	356
Total	44.512	9.970

16. BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

A Companhia, na condição de patrocinadora da Fundação Celesc de Seguridade Social - Celos, entidade fechada de previdência privada sem fins lucrativos, que tem como objetivo principal a complementação de aposentadoria para seus participantes que são, basicamente, os empregados da Companhia, destinou, a título de contribuição, o montante de R\$13.501 até 31 de dezembro 2003 (R\$53.862 até 31 de dezembro de 2002).

A seguir apresentamos quadro da composição do Benefício Pós-Emprego:

Descrição	Curto Prazo	Longo Prazo	31.12.2003 Total	31.12.2002 Total
Empréstimo - Contrato nº 09	5.759	35.050	40.809	39.199
Empréstimo - Contrato nº 10	9.048	55.070	64.118	61.588
Reserva Matemática a Amortizar	16.068	366.261	382.329	336.485
Valores Correntes a Repassar	7.006	0	7.006	6.887
PDI - 1998	0	0	0	2.455
Plano de Aposentadoria, Assistência Médica e PDVI 2002	0	606.176	606.176	595.025
Total	37.881	1.062.557	1.100.438	1.041.639

Com relação à Reserva Matemática a Amortizar a Companhia adotou, em 1º de janeiro de 1997, o novo plano de benefícios da Celos, denominado “Plano Misto”, prevendo a transferência dos participantes do plano transitório para este novo plano. As regras de transferência de um plano para outro foram definidas em 31 de dezembro de 1998 pela Companhia, e homologadas pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC, em 14 de janeiro de 1999, para vigência a partir de 1º de janeiro de 1999. A maior alteração deste plano em relação ao anterior foi a mudança de benefício definido para contribuição definida relativamente aos benefícios programados, gerando um fundo de aposentadoria. A partir de 1º de abril de 1999, iniciou-se o processo de migração voluntária, com encerramento em 31 de março de 2000, e vigência retroativa a 1º de janeiro de 1999, com migração de 98% dos participantes.

Em decorrência deste processo, a Companhia registrou, em 31 de dezembro de 1998, provisão sobre o valor total de reservas a amortizar registradas pela Fundação, que vinha sendo paga por meio de contribuições mensais extraordinárias, no montante de R\$173.812, uma vez que, com o encerramento do plano de benefícios atual, foi necessário liquidá-lo também financeiramente.

Em 30 de novembro de 2001, foi firmado o contrato para pagamento em 277 parcelas mensais e sucessivas do saldo consolidado e atualizado de R\$272.796, mantida a incidência de juros de 6% a.a. e atualização pelo IGP-M.

Em relação ao Plano de Aposentadoria, Assistência Médica e PDVI 2002, para fins de atendimento às determinações contidas nas Normas e Procedimentos de Contabilidade - NPC nº 26 do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - Ibracon, aprovadas pela Deliberação CVM nº 371/2000, a Jessé Montello Serviços Técnicos em Atuaria e Economia Ltda. emitiu relatório detalhado, suportando as informações incluídas a seguir.

16. BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO -- continuação

Abaixo está demonstrada a posição atuarial dos passivos relacionados ao plano de aposentadoria e plano de assistência médica, em 31 de dezembro de 2003:

Descrição	Plano de Aposentadoria	Plano de Assistência Médica	Total
Valor Presente das Obrigações	1.361.869	162.462	1.524.331
Valor Justo dos Ativos	(930.120)	-	(930.120)
Ganhos/Perdas	29.358	(17.393)	11.965
Exigível a Longo Prazo	461.107	145.069	606.176

A seguir descrevemos as premissas utilizadas na avaliação atuarial:

Hipóteses Econômicas

Taxa de Desconto	10,24% ao ano
Taxa de Retorno Esperado dos Ativos	10,24% ao ano
Crescimentos Salariais Futuros	5,04% ao ano
Crescimento dos Benefícios da Previdência Social	3,00% ao ano
Inflação	4,00% ao ano
Crescimento dos Custos Médicos	7,12% ao ano
Taxa de Rotatividade Anual	0,80%
Fator de Capacidade dos Salários e Benefícios	98,00%

Hipóteses Demográficas

Tábua de Mortalidade	AT-49, exceto Pecúlio por Morte pois se adotou a CSO-58
Tábua de Mortalidade de Inválidos	IAPB-55
Tábua de Entrada em Invalidez	Light Média
Tábua de Mortalidade de Ativos	Método de Hamza
Idade de Aposentadoria	Primeira idade com direito a um dos benefícios

A seguir apresentamos um resumo dos dados que foram utilizados para a avaliação atuarial dos planos de benefícios oferecidos pela Companhia aos seus empregados:

Descrição	Planos de Aposentadoria		Planos de Assistência Médica	
	Transitório	Misto 001	AMHOR	Odontológico
Participantes Ativos				
Frequência	19	4.157	3.522	3.522
Idade Média (em anos)	50	44	43	43
Tempo de Serviço Médio	24	19	23	23
Remuneração Média Mensal	3.035,40	3.359,11	-	-
Participantes Aposentados				
Frequência	1.841	705	2.602	2.168
Idade Média (em anos)	64	54	58	58
Benefício Médio Mensal	1.561,07	1.870,24	-	-
Pensionistas				
Frequência de Grupos Familiares	670	47	454	428
Benefício Médio por Grupo Familiar	531,51	774,51	-	-

16. BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO -- continuação

A Companhia, pela Deliberação nº 243/2002, de 09 de dezembro de 2002, aprovou o Programa de Demissão Voluntária Incentivada - PDVI, que foi homologado pelo Governo do Estado de Santa Catarina com o objetivo de redução de custos operacionais.

Este programa conta com o desligamentos de 1.712 empregados, sendo que o saldo do PDVI no exercício de 2003 é de R\$384.594 (R\$389.297 no exercício de 2002).

17. OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

<u>Descrição</u>	<u>31.12.2003</u>	<u>31.12.2002</u>
Provisão para Licença Prêmio e Encargos	21.419	23.695
Provisão para Férias e Encargos	6.147	15.053
Provisão para Gratificação de Férias e Encargos	2.140	5.064
Provisão para Gratificação Anual e Abono Salarial	7.276	3.486
Provisão para Abono Constitucional de Férias e Encargos	1.920	2.509
Total	38.902	49.807

18. PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL - Refis/Paes

Em 27 de abril de 2000, a Companhia protocolou pedido de adesão ao Refis, instituído pela Medida Provisória nº 1923/99, com alterações promovidas pela MP nº 2004-6, de 10 de março de 2000. A Companhia incluiu no Refis débitos relativos a Cofins, Pasep e Finsocial, ajustados pela desistência de processos judiciais em curso e pela compensação com créditos fiscais adquiridos de consumidores inadimplentes, com deságio, conforme demonstrado a seguir:

<u>Tributo</u>	<u>Principal</u>	<u>Juros</u>	<u>Multa</u>	<u>Total</u>
Cofins	86.678	38.587	42.368	167.633
Pasep	29.583	19.103	21.713	70.399
Finsocial	2.762	11.699	2.379	16.840
	119.023	69.389	66.460	254.872
(-) Créditos Tributários Adquiridos com Contas a Receber em Atraso				(56.834)
(-) Redução da Multa				(22.270)
(-) Redução de Juros de Mora				(49.792)
				(128.896)
Total Consolidado dos Débitos e Créditos Incluídos no Refis				125.976
(-) Amortizações Realizadas de 2000 a 2003				(174.030)
(+) Atualização dos Saldos com Base na TJLP				33.485
(-) Redução do Principal e de Multa				(640)
(+) Crédito Fiscal				28.423
(-) Transferência para o Programa Paes				(13.214)
Saldo Programa Refis				-

18. PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL - Refis/Paes -- continuação

Em 29 de agosto de 2003 a Companhia protocolou pedido de adesão ao Programa PAES, instituído pela Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003. A Companhia incluiu no programa débitos no valor de R\$7.920 relativos a processos referentes à base negativa do Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro.

Programa Paes

(-) Amortizações Realizadas em 2003	(643)
(+) Atualização dos Saldos com Base na TJLP	3.047
(+) Ingressos	7.920
(-) Transferência do Programa Refis	13.214
Saldo em 31 de dezembro de 2003	23.538

19. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia está sendo citada em diversos processos judiciais de natureza trabalhista, cível e tributária. Na opinião do Departamento Jurídico, existe possibilidade de condenação em diversos desses processos, para os quais foram constituídas provisões. Parte desses processos estão garantidos por depósitos judiciais, que se encontram registrados no Ativo Realizável a Longo Prazo. A posição das provisões para contingências está resumida a seguir:

Descrição	31.12.2002			31.12.2003		
	Saldo	Depósito Judicial	Adições	Baixas	Saldo	Depósito Judicial
Trabalhistas	53.526	12.411	6.403	(4.280)	55.649	20.574
Cíveis	19.554	2.205	13.583	(3.051)	30.086	3.279
Tributária	43.320	-	274	(17.342)	26.252	-
Regulatória - Aneel	3.657	-	10.449	-	14.106	-
Total	120.057	14.616	30.709	(24.673)	126.093	23.853

As provisões trabalhistas estão relacionadas a reclamações movidas por empregados e ex-empregados da Companhia e de empresas prestadoras de serviços.

Especificamente quanto aos processos relativos às Portarias 038 e 045 do DNAEE, (R\$11.326) incluso no item Cíveis, que majoraram a tarifa industrial de energia elétrica em 1986, foi constituída provisão em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas com os processos dessa natureza, em andamento, contra a Companhia. Quanto ao efeito sobre os anos subseqüentes, denominado “Efeito Cascata”, não é possível no momento julgar sobre as possíveis decisões do judiciário, nem mesmo estimar os possíveis efeitos. Portanto, a Companhia não constituiu nenhuma provisão, uma vez que o Departamento Jurídico classifica a probabilidade de perdas nesta matéria como “remota”.

Estão reconhecidas na rubrica tributárias, as notificações previdenciárias do INSS no valor de R\$26.252. Em maio de 2003, foi efetuada a reversão da provisão (baixa) do Pasep em decorrência da decisão de negar provimento ao recurso especial da Fazenda Nacional proferida pela 2ª Turma da Câmara Superior de Recursos Fiscais do Ministério da Fazenda.

Em relação às contingências regulatórias, a Companhia reconheceu contabilmente os Autos de Infração emitidos pela Aneel no valor de R\$14.106

20. OBRIGAÇÕES FISCAIS

As seguintes obrigações fiscais foram provisionadas, tendo em vista que existem temas relacionados com essas obrigações que ainda estão sendo discutidas judicialmente, conforme demonstrado abaixo:

Descrição	31.12.2002	Adições	31.12.2003
Utilização de Base Negativa - CS	30.220	2.982	33.202
Imposto de Renda - Plano Verão	4.784	527	5.311
IR e CS sobre Lucro de Órgãos Públicos	4.339	2.385	6.724
Depreciação IPC-BTNF - CS	5.582	-	5.582
IRPJ e CSLL sobre o CVA	-	33.013	33.013
Total	44.925	38.907	83.832

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição Acionária

O capital social atualizado, subscrito e integralizado, é de R\$696.200, mantendo-se o mesmo valor de 2002. As Ações Preferenciais classe “A” têm prioridade no recebimento de dividendos à base de 25%, não cumulativos, seguidas pelas Ações Preferenciais classe “B”.

A composição acionária está representada conforme o quadro abaixo:

Acionistas	31 de dezembro de 2003							
	Ordinárias		Preferenciais				Total	%
	ON	%	PNA	%	PNB	%		
Estado de Santa Catarina	155.820.205	50,2	3.838	-	0	-	155.824.043	20,2
SC Participação e Invest. S.A. - Invesc	91.037.953	29,3	0	-	12.508.762	2,9	103.546.715	13,4
Caixa de Previd. Banco do Brasil - Previ	39.090.810	12,6	0	-	21.275.201	4,9	60.366.011	7,8
Fundação Celesc de Seguridade Social	16.288.847	5,2	0	-	9.000.000	2,1	25.288.847	3,3
Fundação Assis. e Prev. Social - BNDES	3.107.000	1,0	0	-	4.000.000	0,9	7.107.000	0,9
Cia. Desenvolv. Estado SC - Codesc	1.959.533	0,6	0	-	0	-	1.959.533	0,3
Opportunity Fund	1.732.135	0,6	0	-	0	-	1.732.135	0,2
Eletrobrás	84.662	-	0	-	82.855.527	19,1	82.940.189	10,8
BNDES Participações S.A. - Bndespar	0	-	25.461.794	95,7	9.539.397	2,2	35.001.191	4,5
Bradesco Vida e Previdência	0	-	0	-	30.000.000	6,9	30.000.000	3,9
Fundação Petrobrás de Seguridade	0	-	0	-	22.763.039	5,2	22.763.039	3,0
Clube de Investimento DEC	0	-	0	-	11.400.000	2,6	11.400.000	1,5
Outros	1.421.589	0,5	1.139.827	4,3	230.941.696	53,2	233.503.112	30,2
Total	310.542.734	100,0	26.605.459	100,0	434.283.622	100,0	771.431.815	100,0

Acionistas	31 de dezembro de 2002							
	Ordinárias		Preferenciais				Total	%
	ON	%	PNA	%	PNB	%		
Estado de Santa Catarina	155.820.205	50,2	3.838	-	0	-	155.824.043	20,2
SC Participação e Invest. S.A. - Invesc	91.037.953	29,3	0	-	12.508.762	2,9	103.546.715	13,4
Caixa de Previd. Banco do Brasil - Previ	39.090.811	12,6	0	-	21.275.201	4,9	60.366.012	7,8
Fundação Celesc de Seguridade Social	15.977.847	5,1	0	-	22.726.300	5,2	38.704.147	5,0
Fundação Assis. e Prev. Social - BNDES	3.107.000	1,0	0	-	8.826.000	2,0	11.933.000	1,5
Cia. Desenvolv. Estado SC - Codesc	1.959.533	0,6	0	-	0	-	1.959.533	0,3
Eletrobrás	84.662	-	0	-	82.855.527	19,1	82.940.189	10,8
Bradesco Vida e Previdência	0	-	0	-	48.845.121	11,2	48.845.121	6,3
Fundação CESP	0	-	0	-	17.805.000	4,1	17.805.000	2,3
Fundação Petrobrás de Seguridade	0	-	0	-	13.521.400	3,1	13.521.400	1,8
Fundo Bradesco Templon V. L. Fdo	0	-	0	-	10.216.000	2,4	10.216.000	1,3
BNDES Participações S.A. - Bndespar	0	-	25.461.794	95,7	9.539.397	2,2	35.001.191	4,5
Bradesco Capitalização S.A.	0	-	0	-	6.403.000	1,5	6.403.000	0,8
Prefeituras Municipais	19.613	-	20.332	0,1	19.066	-	59.011	-
Outros	3.445.110	1,2	1.120.240	4,2	179.742.103	41,4	184.307.453	24,0
Total	310.542.734	100,0	26.606.204	100,0	434.282.877	100,0	771.431.815	100,0

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO -- continuação

b) Reservas de Lucros

Correspondem à Reserva Legal (art. 193 da Lei nº 6404/76) constituída para compensação de prejuízos ou aumento de capital, e à Reserva de Retenção de Lucros (art. 196 da Lei nº 6404/76) que compreende a parcela a ser aplicada no programa de investimentos da Empresa, integrante do orçamento a ser aprovado pela Assembléia Geral Ordinária - AGO, sendo calculadas da seguinte forma:

	<u>31.12.2003</u>
Lucro Líquido do Exercício	168.189
(-) Prejuízos Acumulados	(69.599)
(=) Lucro Líquido Ajustado	98.590
(-) Reserva Legal (5%)	4.930
(-) Juros Sobre Capital Próprio (alínea "c")	27.999
Constituição da Reserva de Retenção de Lucros	65.661

c) Juros Sobre o Capital Próprio

A Companhia provisionou o valor de R\$27.999 a título de Juros Sobre o Capital Próprio, previsto no art. 9º da Lei 9.249/95, contabilizado como despesa financeira. Este valor foi, posteriormente, reclassificado para a rubrica "Reversão dos Juros Sobre o Capital Próprio", no intuito de não afetar o resultado do exercício, conforme determina a Deliberação CVM nº 207/96, e compensado na distribuição de dividendos mínimos obrigatórios. A Companhia registrou o valor de R\$1.973 relativamente ao imposto de renda retido na fonte incidente sobre os Juros do Capital Próprio.

d) Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital

Referem-se a valores recebidos do Governo do Estado de Santa Catarina, no âmbito do Programa de Eletrificação Rural "Luz no Campo", destinados à expansão dos sistemas de distribuição da Companhia.

22. FORNECIMENTO E SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

A composição da receita bruta de fornecimento por classe de consumidores é a seguinte:

Descrição	Consumidores (*)		MWh (*)		Receita	
	31.12.2003	31.12.2002	31.12.2003	31.12.2002	31.12.2003	31.12.2002
Residencial	1.461.018	1.411.572	3.083.797	3.006.790	932.540	760.671
Industrial	54.626	55.261	6.154.051	5.987.798	1.047.084	859.565
Comercial	148.960	145.128	1.828.404	1.742.083	483.510	391.981
Rural	204.365	200.795	1.322.501	1.259.089	185.892	148.895
Poder Público	15.403	15.143	257.647	242.662	62.996	51.705
Iluminação Pública	302	298	418.021	409.337	67.307	58.130
Serviço Público	1.546	1.486	225.079	214.914	39.279	31.614
Total do Fornecimento	1.886.220	1.829.683	13.289.500	12.862.673	2.818.608	2.302.561
Suprimento de Energia	5	5	320.404	328.308	15.513	12.334

(*) Não auditado

23. ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA

Quantidade MWh		Despesa	
31.12.2003	31.12.2002	31.12.2003	31.12.2002
15.040.082	13.733.426	1.211.299	906.642

24. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

As remunerações atribuídas aos administradores e empregados, demonstradas em reais, foram de:

Remuneração	Administradores		Empregados	
	31.12.2003	31.12.2002	31.12.2003	31.12.2002
Menor	8.179,81	8.624,57	746,74	680,55
Maior	18.569,96	15.472,47	11.038,75	16.016,67

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A CVM, pela Instrução nº 235, de 23 de março de 1995, estabeleceu mecanismos para a divulgação, em nota explicativa, do valor de mercado e das condições pactuadas dos instrumentos financeiros. A Companhia não realizou, até 31 de dezembro de 2003, operações com características de instrumentos financeiros, na forma definida pela referida Instrução.

Classificamos, ainda, como um instrumento financeiro capaz de produzir efeitos sobre os resultados da Companhia, as operações de compra e venda de energia realizadas no âmbito do MAE, uma vez que os preços apresentam oscilações causadas por um mercado com grande volatilidade e sem regras firmes.

Todos os demais ativos e passivos enquadrados como instrumentos financeiros (empréstimos, aplicações financeiras, etc.) não representam desvios significativos entre o valor de mercado e o contábil.

26. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas são realizadas em condições normais de mercado e apresentam saldos e movimentações com o Governo do Estado de Santa Catarina (nota 7), Casan (nota 10) e Celos (nota 16).

27. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - TAXA EFETIVA

Seguindo orientação contida na NPC nº 25 do Ibracon e na Deliberação nº 273 da CVM, de 20 de agosto de 1998, a Companhia está divulgando a conciliação da provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social, calculada pela alíquota fiscal, com os valores constantes da demonstração do resultado, conforme segue:

Descrição	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	31.12.2003	31.12.2002	31.12.2003	31.12.2002
Lucro/Prejuízo antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	215.633	(431.543)	215.633	(431.543)
Adições e Exclusões de Caráter Permanente				
Doações	300	5	300	5
Realização IPC/BTNF	-	-	15.136	19.398
Multas	10.501	7.940	52	7.940
Patrocínios	4	3.055	4	3.055
Efeito Líquido Plano Verão / Lucro Inflacionário	(890)	-	(890)	-
Outros	99	117	4	-
Base Tributável	225.647	(420.426)	230.239	(401.145)
Alíquota	25%	25%	9%	9%
Total do Exercício	56.412	(105.107)	20.721	(36.103)
Efeito da Alteração da Alíquota de 8% para 9%	-	70	-	192
Outros	(1.490)	-	(200)	-
Total no Resultado	54.922	(105.037)	20.521	(35.911)

O efeito de alteração da alíquota refere-se ao impacto da realização antecipada de base de contribuição social diferida ativa, originalmente constituída pela alíquota de 8%, porém cuja realização ocorreu em 2001 pela alíquota de 9%.

28. SEGUROS

Os seguros contratados estão de acordo com a política da Companhia com relação à cobertura dos seus ativos, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas.

Riscos	Data da Vigência	Limite Máximo de Indenização ou Limite de Responsabilidade	Prêmio
Transporte Aéreo e Terrestre			
Internacional	30/03/2003 a 30/03/2004	U\$2.000.000	Variável
Nacional	20/03/2003 a 20/03/2004	U\$2.000.000	Variável

28. SEGUROS -- continuação

Subestações e Usinas - Em 31 de dezembro de 2003, os bens das subestações e usinas não possuíam cobertura contra sinistros. Para 2004 a Companhia contratou nova apólice de seguro com vigência de 30/01/2004 a 30/01/2005.

Transporte Aéreo e Terrestre - Visa garantir os danos causados às mercadorias transportadas por qualquer meio adequado no mercado interno e durante as operações de importação ou exportação de mercadorias no mercado externo. O prêmio varia conforme o volume transportado. Os limites máximos de coberturas estão contratados em dólares norte-americanos.

29. ACORDO GERAL DO SETOR ELÉTRICO

A Medida Provisória nº 2.198, de 24 de agosto de 2001, criou o Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica, com o qual objetivou compatibilizar a demanda de energia com a oferta, a fim de evitar interrupções do suprimento. Em média, a redução de energia foi de 20% em relação ao consumo verificado nos meses de maio, junho e julho de 2000, nas Regiões Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e Norte do País. Esse Programa vigorou de junho de 2001 até 1º de março de 2002, data em que o governo considerou normalizada a situação hidrológica. Na Região Sul do País, as concessionárias distribuidoras foram afetadas pela racionalização do uso da energia elétrica, o que resultou em redução voluntária do consumo superior a 10%, principalmente nos meses de maio a agosto de 2001.

Em conseqüência dessa redução forçada da demanda pela intervenção do Estado, as companhias concessionárias de energia elétrica, tanto geradoras como distribuidoras, tiveram redução de suas margens de lucro, pois as estruturas físicas dessas companhias, bem como a de pessoal, não foram reduzidas na proporção da redução de consumo prevista naquele Programa. Assim, ficaram mantidos os custos fixos e encargos de financiamentos sem a correspondente receita.

Além do Programa de Redução de Consumo, as companhias têm vários pleitos com a Aneel, visando à recomposição do denominado “equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão”, pois ocorreram vários eventos que no seu entender resultaram no desequilíbrio econômico-financeiro desses contratos. Exemplo desses pleitos é o aumento da energia adquirida de Itaipu em razão da desvalorização acentuada do real ocorrida desde 1999.

Na tentativa de solucionar a questão, em dezembro de 2001, o governo e as companhias de energia elétrica mantiveram negociações, e após seis meses de interlocução foi firmado o Acordo Geral do Setor Elétrico com as concessionárias distribuidoras e as geradoras de energia elétrica, versando sobre o “equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão” existentes e a recomposição de receitas relativas ao período de vigência do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica (Programa Emergencial).

29. ACORDO GERAL DO SETOR ELÉTRICO -- continuação

Esse acordo abrange as perdas de margem incorridas pelas distribuidoras e geradoras no período de vigência do citado Programa Emergencial, os custos adicionais da denominada Parcela A para o período de 1º de janeiro de 2001 a 25 de outubro de 2001. Com isso, a Companhia apurou os valores e está adotando as medidas cabíveis para recomposição tarifária em relação aos custos adicionais incorridos com a “Parcela A”, conforme demonstrado na nota 8.

Entre as principais resoluções aprovadas pela Medida Provisória nº 14, de 21 de dezembro de 2001, convertida na Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, destacamos aquela diretamente relacionada com a Companhia:

- a) Recuperação dos custos adicionais incorridos com a Parcela A
 - a.1) As variações de custos denominados Parcela A, Relativas ao período de 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001, terão tratamento isonômico com o mecanismo contemplado na Medida Provisória nº 2.227, de 04 de setembro de 2001, e serão recuperados através da Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE a partir de 1º de janeiro de 2004
 - a.2) Essa Recuperação está condicionada á renúncia pela empresa distribuidora de todos os pleitos administrativos e judiciais relativos a esses custos do período compreendidos entre a data de assinatura do contrato de concessão até 31 de dezembro de 2000.

Em 29 de agosto de 2002, a Aneel homologou, através da Resolução nº 482, os valores referentes recuperação de custos da Parcela A referentes ao período de 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001. A Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE, dos valores vigorará pelo período de 16 meses, a partir de janeiro de 2004, conforme determinado na Resolução Aneel nº 484, de 29 de agosto de 2002.

30. REAJUSTE TARIFÁRIO

A Aneel, pela Resolução nº 393 de 06 de agosto de 2003, homologou os novos valores das tarifas de energia elétrica para os consumidores da área de concessão da Celesc. As tarifas foram reajustadas em média 25,25%.

Embora necessário preservar o equilíbrio econômico-financeiro das Companhias, no período entre reajustes tarifários, foi editada a Portaria Interministerial nº 25, de 24 de janeiro de 2002, determinando que as variações ocorridas no período entre os reajustes tarifários fossem registradas na conta de Compensação de Variação de Valores de itens da “Parcela A” - CVA.

Pela Portaria Interministerial nº 116, de 04 de abril de 2003, a compensação do saldo da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” - CVA, prevista no art. 3º da Portaria Interministerial nº 25, foi adiada por doze meses para os reajustes tarifários anuais no período entre 08 de abril de 2003 e 07 de abril de 2004.

31. DESPESAS FINANCEIRAS

Os encargos financeiros e as variações monetárias estão apropriadas no resultado e no imobilizado em curso de acordo com a Instrução Geral nº 36 do Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica e a Instrução CVM nº 193, de 11 de julho de 1996, conforme o quadro a seguir:

Descrição	31.12.2003	31.12.2002
Encargos financeiros totais	893	2.317
(-) Transferência para imobilizado em curso	(262)	(325)
Líquido apropriado no exercício	631	1.992
Efeitos inflacionários e cambiais totais	-	573
Líquido apropriado no exercício	-	573
Total	631	2.565

32. CONCESSÕES

Conforme o Contrato de Concessão nº 56/99, firmado com a Aneel, em 22 de julho de 1999, a Companhia detém a concessão de serviço público de distribuição de energia elétrica em 262 municípios no Estado de Santa Catarina e um município no Estado do Paraná (Rio Negro). Esse Contrato de Concessão tem vigência até 7 de julho de 2015.

Na mesma data de 22 de julho de 1999, foi firmado o Contrato de Concessão nº 55/99, por meio do qual a Companhia obteve a formalização da concessão para geração de energia elétrica das seguintes centrais geradoras hidrelétricas:

Hidrelétricas	Rio	Município	Capacidade Instalada (MW)	Data da Concessão	Data de Vencimento
Bracinho	Bracinho	Schroeder	16,5	03.11.1966	07.11.2016
Caveiras	Caveiras	Lages	4,3	08.07.1968	10.07.2018
Cedros	dos Cedros	Rio dos Cedros	7,4	03.11.1966	07.11.2016
Celso Ramos	Chapecozinho	Faxinal dos Guedes	5,3	22.11.1971	*23.11.2001
Garcia	Garcia	Angelina	8,6	12.03.1957	07.07.2015
Ivo Silveira	Santa Cruz	Campos Novos	2,5	30.10.1964	07.07.2015
Palmeiras	dos Cedros	Rio dos Cedros	24,4	03.11.1966	07.11.2016
Pery	Canoas	Curitibanos	4,4	06.07.1967	09.07.2017
Piraí	Piraí	Joinville	1,4	03.11.1966	07.11.2016
Salto	Itajaí - Açu	Blumenau	6,3	03.11.1966	07.11.2016

* Está em processo de renovação da concessão junto à Aneel.

Por terem capacidade abaixo de 1MW, as Usinas Rio do Peixe e São Lourenço estão dispensadas de concessão, permissão ou autorização (art. 8º - Lei 9074, de 07 de julho de 1995).

33. INTERRUPÇÃO NA DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NA ILHA DE SANTA CATARINA

Um acidente, ainda sem justificativa técnica, ocorrido em 29 de outubro de 2003, às 13h16min, que durou aproximadamente 42 horas, causou interrupção na distribuição de energia elétrica em toda a Ilha de Santa Catarina.

Empregados da Celesc, habilitados em redes de distribuição subterrâneas, faziam emendas retas em cabos isolados 8,7/15kV em uma passarela (exclusiva) sob a ponte Colombo Sales, que liga Continente - Ilha - Continente.

Nesse mesmo local passam 02 (duas) Linhas de Distribuição de 138kV que atendem toda a demanda da Ilha, aproximadamente 130MW.

No momento da execução das emendas termocontráteis, usando maçarico e GLP, ocorreu a fatalidade. O incêndio de grande proporção danificou todos os cabos isolados do local, 02 (duas) Linhas de Distribuição - 138kV e 03 (três) Linhas de Distribuição - 13,8kV. (aproximadamente 100 metros).

A Celesc, imediatamente, tomou todas as providências para a construção de uma Linha de Distribuição provisória, mas eficaz, que restabelecesse, no menor prazo possível, o fornecimento de energia elétrica à Ilha de Santa Catarina.

Os órgãos afins foram acionados diante da necessidade de se construir rapidamente uma nova Linha de Distribuição, sem projeto prévio, mobilizando-se, em tempo recorde, um aparato técnico e profissional para efetuar uma operação inédita no País.

Colaboraram na empreitada, de forma incansável, profissionais do Corpo de Bombeiros, Defesa Civil, Polícia Militar e Civil, Forças Armadas, Empreiteiras, Veículos de Comunicação e Voluntários Anônimos, além das coirmãs Copel e, especialmente, a Eletrosul.

A Companhia registrou provisão do Auto de Infração Aneel nº 001/2004, de 09 de fevereiro de 2004, no valor de R\$7.917 e está tomando todas as providências jurídicas para a defesa.

34. SEGREGAÇÃO DO RESULTADO POR ATIVIDADE

A Companhia está iniciando o processo de cisão, para a criação de empresas independentes, dedicadas às atividades de geração e distribuição de energia elétrica. Objetivando atender às determinações da Aneel, efetuamos uma segregação dos resultados do exercício de 2003 pelas atividades de geração e distribuição com base em análises e levantamentos internos.

Estas análises foram feitas de forma estimada, baseadas em critérios razoáveis, em função da capacidade de geração de energia e na quantidade de pessoas alocadas na atividade de geração, sendo praticamente todas as contas rateadas devido à receita bruta ou aos gastos com pessoal. Todo o restante do resultado foi atribuído à atividade de distribuição, uma vez que não ocorreram fatos contábeis neste exercício que pudessem ser atribuídos a outras atividades.

Em atendimento ao Ofício Circular Aneel nº 838/2000 e nº 91/2002, a Companhia elaborou a Demonstração de Resultado, segregada por atividade, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2003:

	<u>Geração</u>	<u>Distribuição</u>	<u>Total</u>
Receita Operacional Bruta	35.480	2.938.458	2.973.938
Deduções da Receita Operacional	(2.286)	(832.632)	
Receita Operacional Líquida	<u>33.194</u>	<u>2.105.826</u>	<u>2.139.020</u>
Despesas Operacionais			
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-		
Pessoal	(7.706)	(256.129)	
Material	(609)	(34.384)	
Serviço de Terceiros	(1.865)	(98.079)	
Conta Consumo de Combustível - CCC	-	(53.953)	
Depreciação	(2.451)	(79.771)	
Provisão para Contingências	(682)	(50.632)	
Outras	(12)	(231)	(243)
	<u>(13.325)</u>		
Resultado do Serviço	<u>19.869</u>	<u>321.348</u>	<u>341.217</u>
Resultado Financeiro	-	(121.963)	
Resultado Operacional	<u>19.869</u>	<u>199.385</u>	<u>219.254</u>
Resultado Não Operacional	277	(3.898)	(3.621)
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	<u>20.146</u>	<u>195.487</u>	<u>215.633</u>
Provisão para Imposto de Renda	(1.131)	(20.753)	
Provisão para Contribuição Social	(198)	(8.305)	(8.503)
Imposto de Renda Diferido	(4.393)	(28.645)	
Contribuição Social Diferida	(109)	(11.909)	
Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	253	27.746	27.999
Lucro do Exercício	<u>14.569</u>	<u>153.620</u>	<u>168.189</u>

35. DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2003 e 2002
(valores expressos em milhares de reais)

	<u>2003</u>	<u>2002</u>
Lucro / Prejuízo do Exercício	168.189	(290.595)
Itens que não afetam o caixa:		
Depreciação e Amortização	82.222	78.302
Custo das Baixas do Ativo Permanente	17.295	19.304
Provisão para Desvalorização Casan e Investimentos Temporários	12.191	45.290
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	1.477	19.914
Provisão para Contingências	6.036	75.581
Benefício Pós-Emprego	-	389.297
IR e CS Diferidos	9.654	(134.288)
Juros e Variações Monetárias - Líquidos	101.683	198.119
	398.747	400.924
Variações no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo		
Consumidores e Revendedores	(123.571)	(90.014)
Títulos a Receber	(90.285)	(6.462)
Impostos a Recuperar	(24.565)	(3.416)
Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A	(79.737)	(67.345)
Depósitos Judiciais	(9.237)	17.558
Contas a Receber do Governo do Estado de Santa Catarina	-	505.739
Outras Contas a Receber	6.624	(20.179)
Despesas Antecipadas	9.120	(10.324)
Outras	(1.044)	(5.579)
	(312.695)	319.978
Variações no Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo		
Fornecedores	(12.463)	23.199
Encargos do Consumidor	(1.378)	(24.751)
Tributos e Contribuições + Refis/PAES	73.075	(115.214)
Obrigações Fiscais	38.907	(72.647)
Obrigações Estimadas + Salários e Encargos Sociais	(7.201)	7.442
Benefício Pós-Emprego	(57.331)	(35.696)
Provisão para Contingências	-	(32.959)
Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A	676	9.693
Juros sobre Capital Próprio	26.027	-
Outras	9.552	(7.327)
	69.864	(248.260)
Atividades de Investimentos		
Investimentos Temporários	-	(4.168)
Investimentos	(1.398)	(11.457)
Imobilizado	(134.859)	(111.612)
Obrigações Especiais	22.449	22.576
	(113.808)	(104.661)
Atividades de Financiamento		
Empréstimos e Financiamentos - Líquidos	(3.994)	(269.727)
Debêntures	-	(45.079)
Juros sobre Capital Próprio	(27.999)	-
Dividendos	-	(89)
	(31.993)	(314.895)
Total dos Efeitos de Caixa	10.115	53.086
Saldo Inicial	80.920	27.834
Saldo Final	91.035	80.920
Variação no Caixa	10.115	53.086

DIRETORIA

Carlos Rodolfo Schneider
Diretor Presidente

Paulo Gorini Martignago
Diretor Econômico-Financeiro
e de Relações com Investidores

Israel Honorino Nunes
Diretor de Gestão e
Desenvolvimento Organizacional

Eduardo Carvalho Sitonio
Diretor Técnico

José Braulino Stähelin
Contador
CRC - SC 018996/0-8

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ilmos. Srs.

Diretores e Acionistas da

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - Celesc

1. Examinamos o balanço patrimonial da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - Celesc, levantado em 31 de dezembro de 2003 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

2. Exceto quanto ao assunto mencionado no terceiro parágrafo, nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. A Companhia mantém registrado sob a rubrica “Títulos a Receber”, o montante de R\$100.849 mil no ativo circulante e R\$61.114 mil no ativo realizável a longo prazo. Tendo em vista a ausência de conciliação dos saldos contábeis com os controles auxiliares utilizados atualmente, não tivemos condições de aplicar procedimentos de auditoria que nos permitissem formar juízo quanto à razoabilidade dos saldos apresentados.

4. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos de possíveis ajustes que poderiam resultar da aplicação de procedimentos de auditoria, conforme mencionado no terceiro parágrafo, as demonstrações contábeis referidas no primeiro parágrafo representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - Celesc, em 31 de dezembro de 2003, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

5. As informações suplementares contidas na demonstração do fluxo de caixa, divulgadas na nota explicativa nº 35, são apresentadas com o propósito de permitir análises adicionais, e não são requeridas como parte das demonstrações contábeis. Referidas informações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos no segundo parágrafo e, baseados em nossos exames, não temos conhecimento de quaisquer modificações relevantes que devam ser feitas para que as mesmas estejam adequadamente apresentadas, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

6. Conforme mencionado na nota explicativa nº 7.i), a Companhia mantém crédito a receber do Estado de Santa Catarina, no montante de R\$33.109 mil, decorrente de empréstimos concedidos nos exercícios de 1985 e 1986, cuja realização depende da capacidade da Companhia em obter lucros que permitam a compensação com dividendos atribuíveis ao Estado, ou renegociar novas condições para o recebimento.

7. Conforme mencionado na nota explicativa nº 13, a Companhia têm registrado, no passivo circulante, valores a pagar no montante de R\$59.241 mil, relativos a transações de venda e compra de energia realizada no âmbito do Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE, com base em cálculos preparados e divulgados pelo MAE. Esses valores podem estar sujeitos a modificação dependendo de decisão de processos judiciais em andamento movidos por empresas do setor, relativos a interpretação das regras do mercado que definiram os valores envolvidos. Adicionalmente, ainda conforme mencionado na nota explicativa nº 13, as transações ocorridas no âmbito do MAE relativamente ao primeiro trimestre do exercício social de 2002 resultaram, conforme informações preliminares fornecidas por aquela entidade, em um crédito favorável à Companhia de R\$53.749 mil. Face à incerteza em relação aos valores definitivos, a administração da Companhia optou apenas por divulgar o valor em nota explicativa, mantendo-o pendente de contabilização até que o valor efetivo seja determinado.

8. Conforme mencionado na nota explicativa nº 10, a Companhia mantém investimento temporário na Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - Casan, registrado no ativo realizável a longo prazo, no montante de R\$110.728 mil, sobre o qual vem sendo calculada e constituída provisão para desvalorização que, em 31 de dezembro de 2003, atinge R\$29.202 mil. Em face das dificuldades de determinar qual o valor de mercado do referido investimento temporário, a administração vem adotando como premissa para o cálculo da provisão para desvalorização, a aplicação do percentual de participação no capital daquela empresa sobre os resultados por ela apurados nos últimos exercícios. Devido a indisponibilidade de informações relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2003, a Companhia optou por utilizar os resultados apresentados nas informações trimestrais relativas ao trimestre findo em 30 de setembro de 2003, como base para constituição da provisão para desvalorização.

9. As demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2002, apresentadas para fins de comparação, foram por nós examinadas. Nosso parecer, datado de 04 de abril de 2003, foi emitido contendo: (a) ressalva quanto à limitação da aplicação de procedimentos de auditoria mencionada no terceiro parágrafo; (b) ênfases quanto aos mesmos assuntos descritos no sexto e sétimo parágrafos.

10. Em data subsequente a emissão de nosso parecer sobre as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2003, a Companhia concluiu a conciliação dos saldos contábeis mantidos na rubrica "Títulos a Receber", referida no terceiro parágrafo, com os controles auxiliares utilizados atualmente, para a data-base 29 de fevereiro de 2004. Referidos saldos foram submetidos a procedimentos de auditoria que não revelaram quaisquer modificações relevantes que devam ser efetuadas para que os saldos, em 29 de fevereiro de 2004, estejam adequadamente apresentados.

Florianópolis (SC), 12 de março de 2004, exceto quanto ao décimo parágrafo,
cuja data é 25 de março de 2004.

Boucinhas & Campos + Soteconti
Auditores Independentes S/C
CRC 2SP 5.528/O-2 S-SC

Mário José Antunes
Contador
CRC 1RJ 50.365 S-SC

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - Celesc, dando cumprimento ao que dispõem os incisos I, II, III, IV e VII, do artigo 163, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, examinou as Demonstrações Contábeis da Companhia, apresentadas sob o título DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, relativas ao Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2003, elaboradas de acordo com o estabelecido nos capítulos XV e XVI do citado diploma legal, compreendendo: Balanços Patrimoniais, Demonstração dos Resultados, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2003 e 2002, complementadas por notas explicativas às DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS e Relatório Anual da Administração, sendo de opinião que, exceto quanto à ressalva descrita no parágrafo 3º do parecer dos Auditores Independentes, tais demonstrativos foram elaborados de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira.

Sugerimos expressamente que o Conselho de Administração mantenha sob acompanhamento os seguintes assuntos: Dívida do Governo do Estado de Santa Catarina, Casan e Celos. Sugerimos ainda que os administradores priorizem a revisão dos processos de trabalho na área contábil e adequação do quadro de pessoal.

Fundamentado no exame realizado e no parecer dos Auditores Independentes - Boucinhas & Campos Soteci Auditores Independentes, bem como nos esclarecimentos por eles prestados, considerando, também, os aspectos abordados e registrados em ata de reunião específica para apreciação do Balanço Patrimonial da Companhia, realizada em 19 de março de 2004, o Conselho Fiscal é de parecer que as mencionadas demonstrações representam adequadamente a situação financeira e patrimonial da Companhia e os resultados das suas operações, estando, assim, tais documentos em condições de serem submetidos à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas.

Florianópolis, 26 de março de 2004.

João Fernandes Moraes

Alfredo Felipe da Luz Sobrinho

Célio Goulart

Ivan Gonçalves Ribeiro Guimarães

Ronaldo Baumgarten